

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	10
DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	11
Demonstração do Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	15
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	65

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	68
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	109.168
Preferenciais	218.335
Total	327.503
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/07/2013	Ordinária		0,30314
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/07/2013	Preferencial	Preferencial Classe A	1,82454
Reunião do Conselho de Administração	07/05/2013	Juros sobre Capital Próprio	26/07/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,30314
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	30/10/2013	Ordinária		0,26579
Reunião do Conselho de Administração	13/08/2013	Juros sobre Capital Próprio	30/10/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,26579
Assembleia Geral Ordinária	24/04/2013	Dividendo	30/11/2013	Ordinária		0,84794
Assembleia Geral Ordinária	24/04/2013	Dividendo	30/11/2013	Preferencial	Preferencial Classe B	0,84794

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	16.942.307	16.889.872
1.01	Ativo Circulante	1.594.817	1.075.237
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	31.195	212
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.048.083	513.313
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.048.083	513.313
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.048.083	513.313
1.01.03	Contas a Receber	360.968	342.294
1.01.03.01	Clientes	360.968	342.294
1.01.03.01.01	Consumidores e Revendedores / RTE e CCEE	418.178	389.189
1.01.03.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-57.210	-46.895
1.01.04	Estoques	34.304	33.804
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.611	1.672
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	116.656	183.942
1.01.08.03	Outros	116.656	183.942
1.01.08.03.01	Tributos e Contribuições Compensáveis	5.149	6.656
1.01.08.03.02	Cauções e Depósitos Vinculados	35.425	65.750
1.01.08.03.04	Outros	76.082	111.536
1.02	Ativo Não Circulante	15.347.490	15.814.635
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.136.844	633.069
1.02.01.03	Contas a Receber	4.831	4.868
1.02.01.03.01	Clientes	4.831	4.868
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	5.115	0
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.126.898	628.201
1.02.01.09.03	Cauções e Depósitos Vinculados	597.818	628.201
1.02.01.09.04	Ativo Disponível para Reversão	3.529.080	0
1.02.03	Imobilizado	11.210.646	15.181.566
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	11.210.646	15.181.566

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	16.942.307	16.889.872
2.01	Passivo Circulante	1.283.878	1.790.097
2.01.02	Fornecedores	12.381	20.619
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	12.381	20.619
2.01.03	Obrigações Fiscais	79.802	61.672
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	79.802	61.672
2.01.03.01.02	Tributos e Contribuições Sociais	67.541	41.507
2.01.03.01.03	Tributos e Contribuições Sociais Parcelamentos - REFIS	12.261	20.165
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	218.348	703.789
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	218.348	703.789
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	52.623	97.018
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	165.725	606.771
2.01.05	Outras Obrigações	973.347	1.004.017
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	46.391
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	46.391
2.01.05.02	Outros	973.347	957.626
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	349.998	271.683
2.01.05.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	32.460	30.954
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. Uso do Sist. Transmissão	126.123	87.411
2.01.05.02.06	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	48.696	34.932
2.01.05.02.07	Obrigações Socioambientais	19.634	24.163
2.01.05.02.08	Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC	286.027	287.581
2.01.05.02.09	Outras Obrigações	110.409	120.818
2.01.05.02.10	Energia Comprada - CCEE	0	100.084
2.02	Passivo Não Circulante	5.179.280	5.219.838
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.765.343	1.763.999
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.765.343	1.763.999
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	0	1.101.156
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	0	662.843
2.02.02	Outras Obrigações	3.201.047	3.277.912
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	76.384
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	76.384
2.02.02.02	Outros	3.201.047	3.201.528
2.02.02.02.03	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	550.811	714.948
2.02.02.02.04	Entidade de Previdência a Empregados	257.470	275.916
2.02.02.02.05	Taxas Regulamentares / Enc. de Uso do Sist. Transmissão	18.399	18.399
2.02.02.02.06	Provisão para Riscos	2.145.363	1.941.473
2.02.02.02.07	Obrigações Socioambientais	211.712	228.141
2.02.02.02.08	Outras Obrigações	17.292	15.481
2.02.02.02.10	Tributos e Contribuições Sociais - Parcelamentos	0	7.170
2.02.03	Tributos Diferidos	212.890	177.927
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	212.890	177.927
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	212.890	177.927
2.03	Patrimônio Líquido	10.479.149	9.879.937
2.03.01	Capital Social Realizado	5.975.433	5.975.433
2.03.02	Reservas de Capital	1.929.098	1.929.098

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04	Reservas de Lucros	426.716	426.716
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	426.716	426.716
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	737.684	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	1.410.218	1.548.690

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	867.442	2.952.910	830.995	2.548.824
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-442.528	-1.260.610	-460.724	-1.338.289
3.02.01	Pessoal	-58.047	-148.409	-53.646	-151.282
3.02.02	Entidade de Previdência Empregados - Contribuição ao Plano	-2.449	-7.296	-2.032	-6.363
3.02.03	Entidade de Previdência Empregados - CPC 33/IAS 19	-3.770	-10.353	-10.492	-24.759
3.02.04	Material	-2.645	-7.923	-2.653	-8.058
3.02.05	Serviços de Terceiros	-27.216	-71.699	-27.417	-79.179
3.02.06	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	-47.480	-135.244	-52.329	-159.675
3.02.07	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-93.069	-264.695	-94.198	-278.100
3.02.08	Taxas do Setor Elétrico	-4.832	-13.533	-4.500	-13.135
3.02.09	Créditos do COFINS/PIS s/ Encargos do Uso da Rede e Energia Comprada	8.250	20.903	8.269	23.071
3.02.10	Depreciação	-159.897	-521.249	-194.027	-582.085
3.02.11	Provisão para Perda Estimada de Créditos	-5.360	-10.315	-13.712	-24.963
3.02.12	Provisões Operacionais	-14.016	-49.698	-10.688	-22.836
3.02.13	Outras Despesas	-4.049	-13.151	-3.299	-10.925
3.02.14	Programa de Incentivo a Aposentadoria	-27.948	-27.948	0	0
3.03	Resultado Bruto	424.914	1.692.300	370.271	1.210.535
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-85.271	-179.227	-21.085	-109.612
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-85.271	-179.227	-21.085	-109.612
3.04.05.01	Outras (Despesas) Receitas Líquidas	-85.271	-179.227	-21.085	-109.612
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	339.643	1.513.073	349.186	1.100.923
3.06	Resultado Financeiro	-77.335	-317.624	-124.857	-456.612
3.06.01	Receitas Financeiras	37.737	108.167	11.257	36.206
3.06.02	Despesas Financeiras	-115.072	-425.791	-136.114	-492.818
3.06.02.01	Encargos da Dívida / Outras	-64.396	-204.136	-89.889	-270.868
3.06.02.03	Variações Monetárias Líquidas	-24.993	-94.698	-45.608	-124.414
3.06.02.04	Variações Cambiais Líquidas	-25.683	-126.957	-617	-97.536
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	262.308	1.195.449	224.329	644.311

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-70.443	-400.237	-74.758	-199.718
3.08.01	Corrente	-65.159	-365.274	-72.725	-238.114
3.08.02	Diferido	-5.284	-34.963	-2.033	38.396
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	191.865	795.212	149.571	444.593
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	191.865	795.212	149.571	444.593
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	191.865	795.212	149.571	444.593
4.03	Resultado Abrangente do Período	191.865	795.212	149.571	444.593

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.728.224	1.011.877
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	2.357.105	1.814.925
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e CS	1.195.449	644.311
6.01.01.02	Depreciação	522.235	583.254
6.01.01.03	Juros, Variações Monetárias e Cambiais	386.849	410.567
6.01.01.04	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	10.353	24.759
6.01.01.05	Provisão para Riscos Legais	231.352	73.439
6.01.01.06	Provisão para Perda Estimada de Créditos	10.315	24.963
6.01.01.07	Provisão para Desvalorização de Investimento	0	3.172
6.01.01.08	Baixa de Investimentos	0	5.000
6.01.01.10	Baixa de Ativo Imobilizado	552	14.928
6.01.01.11	Tributos e Contribuições Sociais - Parcelamento Ordinário	0	30.532
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-112.016	-342.108
6.01.02.01	Valores a Receber	-28.989	-16.478
6.01.02.02	Tributos e Contribuições Sociais Compensáveis	1.507	10.278
6.01.02.03	Almoxarifado	-500	7.469
6.01.02.04	Despesas pagas Antecipadamente	-7.054	1.932
6.01.02.05	Cauções e Depósitos Vinculados	65.634	-151.334
6.01.02.06	Outros Créditos	35.491	-203
6.01.02.07	Fornecedores	-8.238	-27.130
6.01.02.08	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-23.697	-49.591
6.01.02.09	Pagamentos a Entidade Previdência Privada	-27.293	-30.306
6.01.02.10	Energia Comprada	-100.084	0
6.01.02.11	Taxas Regulamentares / Encargos de Uso do Sistema de Transmissão	38.712	-553
6.01.02.12	Pagamentos de Riscos Legais	-36.757	-23.554
6.01.02.13	Parcelamento de Ações de Desapropriações - Cindidas	0	-34.377
6.01.02.14	Obrigações Socioambientais	-21.955	-20.853
6.01.02.15	Obrigações Estimadas e Folha de Pagamento	13.764	-4.204
6.01.02.16	Outros Passivos	-12.557	-3.204
6.01.03	Outros	-516.865	-460.940
6.01.03.01	Juros Pagos referentes Empréstimos e Financiamentos	-176.891	-203.645
6.01.03.02	Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	-339.974	-257.295
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-71.652	-55.329
6.02.01	Imobilizado	-71.652	-55.329
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.090.819	-1.000.923
6.03.01	Empréstimos, Financiamentos Captados	5.508	3.874
6.03.02	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-987.999	-546.082
6.03.03	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	-108.328	-458.715
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	565.753	-44.375
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	513.525	435.112
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.079.278	390.737

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	426.716	0	1.548.690	9.879.937
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-196.000	0	-196.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-196.000	0	-196.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	933.684	-138.472	795.212
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	795.212	0	795.212
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	138.472	-138.472	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	138.472	-138.472	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	426.716	737.684	1.410.218	10.479.149

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.975.433	1.929.098	465.443	0	1.748.153	10.118.127
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.975.433	1.929.098	465.443	0	1.748.153	10.118.127
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	-115.000	0	-115.000
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-115.000	0	-115.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	594.822	-150.229	444.593
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	444.593	0	444.593
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	150.229	-150.229	0
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	150.229	-150.229	0
5.07	Saldos Finais	5.975.433	1.929.098	465.443	479.822	1.597.924	10.447.720

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	3.304.188	2.857.769
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.314.503	2.882.732
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-10.315	-24.963
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-352.958	-371.355
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-79.622	-87.237
7.02.04	Outros	-273.336	-284.118
7.02.04.01	Encargos de Uso do Sistema de Transmissão / Serviços do Sistema	-264.695	-278.100
7.02.04.03	Outras Despesas	-8.641	-6.018
7.03	Valor Adicionado Bruto	2.951.230	2.486.414
7.04	Retenções	-522.235	-583.254
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	0	-583.254
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	2.428.995	1.903.160
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-292.045	-178.972
7.06.02	Receitas Financeiras	108.167	36.206
7.06.03	Outros	-400.212	-215.178
7.06.03.01	Variações Cambiais Líquidas	-126.957	-97.536
7.06.03.02	Entidade de Previdência a Empregados - CPC 33/IAS 19	-10.353	-24.759
7.06.03.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-34.963	38.396
7.06.03.04	Provisões Operacionais	-49.698	-22.836
7.06.03.05	Outras Despesas / (Receitas) Líquidas (Nota 25.2)	-178.241	-108.443
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	2.136.950	1.724.188
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	2.136.950	1.724.188
7.08.01	Pessoal	157.302	119.094
7.08.01.01	Remuneração Direta	150.006	112.731
7.08.01.04	Outros	7.296	6.363
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	639.346	500.673
7.08.02.01	Federais	639.253	500.603
7.08.02.03	Municipais	93	70
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	545.090	659.828
7.08.03.01	Juros	204.136	270.868
7.08.03.02	Aluguéis	4.511	4.907
7.08.03.03	Outras	336.443	384.053
7.08.03.03.01	Variações Monetárias	94.698	124.414
7.08.03.03.02	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	135.244	159.675
7.08.03.03.03	Reserva Global de Reversão - RGR	63.185	61.409
7.08.03.03.04	Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	29.783	25.420
7.08.03.03.05	Taxa de Fiscalização - ANEEL / Outros Encargos	13.533	13.135
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	795.212	444.593
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	795.212	444.593

Comentário do Desempenho

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO – 3º Trimestre de 2013

A partir do 2º trimestre de 2013, a Companhia registra dois tipos de receita: (i) a receita tradicional como “geradora”, baseada nos preços e quantidades de energia vendida nos ambientes: livre, regulado e na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE; e (ii) a receita transitória como “operadora”, decorrente da venda de energia para o mercado regulado, pelo Regime de Cotas, referente ao empreendimento Três Irmãos, a partir de 18 de abril de 2013, instituído pela Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521, de 30 de abril de 2013. A CESP terá a receita de Três Irmãos pelo Regime de Cotas enquanto for a responsável pela operação da usina até que ocorram todos os eventos necessários para que o vencedor da licitação assumira sua operação.

As receitas no terceiro trimestre de 2013 alcançaram R\$ 959 milhões, com crescimento de 1,7% em relação ao mesmo período de 2012, resultado obtido, principalmente, pela (i) recolocação, no mercado livre, a preços melhores, de volumes de energia anteriormente contratados com o mercado regulado, vendidos no leilão de dezembro de 2004 em contratos de 8 anos que venceram em dezembro de 2012, e (ii) pela liquidação, na CCEE, de parte dessa energia (descontratada) a Preços de Liquidação das Diferenças – PLD's, praticados neste trimestre (Notas 24.2 e 24.3).

Em virtude da ANEEL não ter definido o valor da quota de RGR para o exercício de 2013, a Companhia estava provisionando, mensalmente, um valor estimativo com base em 3% da receita. Em 3 de setembro de 2013, a ANEEL publicou o Despacho nº 3.039 fixando o valor da quota RGR em valor inferior ao provisionado. A contabilização deste ajuste promoveu uma redução de 18,5% nas deduções à receita operacional do trimestre, quando comparadas com o mesmo período de 2012.

Os custos e despesas operacionais ficaram em R\$ 442,5 milhões, refletindo uma redução de 3,9% em relação ao 3º trimestre do ano anterior, com destaque para as seguintes variações: i) aumento na despesa com pessoal decorrente do acordo coletivo de 2013, que reajustou os salários em 7,74%; ii) Em 22 de agosto de 2013 foi encerrado o prazo para adesão ao PIA - Programa de Incentivo a Aposentadoria, com a adesão de 219 empregados, resultando na constituição de provisão de R\$ 27,9 milhões. Dos empregados que aderiram ao programa, 199 empregados deixaram de fazer parte do quadro da Companhia em 01 de outubro de 2013; e iii) redução na despesa de depreciação com o término da exploração econômica pelo regime de preço da UHE Três Irmãos (Nota 31.1).

Em decorrência das receitas e despesas operacionais verificadas no trimestre, o Resultado Bruto (Resultado do Serviço) aumentou em 14,8% e atingiu R\$ 424,9 milhões e o EBITDA ficou em R\$ 499,9 milhões.

As Outras (Despesas) e Receitas Líquidas apresentaram aumento em provisões para riscos legais e encerraram o trimestre em R\$ 85,3 milhões negativos (Nota 25.2).

O Resultado Financeiro (Nota 26) alcançou R\$ 77,3 milhões negativos (redução de 38,1%). As Receitas Financeiras, de R\$ 37,7 milhões, refletem, principalmente, a receita decorrente da atualização cambial da compra de US\$ 150 milhões efetuada no 2º trimestre, bem como aumento nos rendimentos de aplicações financeiras. Os Encargos de Dívidas e Outras Despesas Financeiras registraram uma redução de 28,4% e totalizaram R\$ 64,4 milhões, reflexo da diminuição do endividamento da empresa.

As Variações Monetárias líquidas tiveram uma redução de 45,2% e encerraram o período em R\$ 25 milhões. As Variações Cambiais líquidas alcançaram R\$ 25,7 milhões, decorrentes da desvalorização de 0,65% do Real frente ao Dólar norte-americano, verificada no terceiro trimestre de 2013, e da liquidação das Notas de Médio Prazo Série 7, valor do principal de US\$ 220 milhões em 9 de agosto de 2013.

Comentário do Desempenho

O Lucro antes dos Impostos registrou R\$ 262,3 milhões. Após a apropriação da despesa com Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro fiscal tributável e pela reversão de impostos diferidos (passivo), a Companhia apurou um Lucro Líquido de R\$ 191,9 milhões, refletindo um crescimento de 28,3% em relação ao terceiro trimestre de 2012.

Indicadores Econômico-Financeiros

Retorno	30.09.2013	30.09.2012	Var.
Preço Médio Geral - R\$ por MWh.....	113,74	91,50	24,3%
Margem Operacional (%).....	49,0%	44,6%	9,9%
Variação do Dólar (%).....	0,65%	0,46%	41,3%
Liquidez/Endividamento/VPA	30.09.2013	31.12.2012	Var.
Endividamento do Ativo.....	0,38	0,42	-8,1%
Participação de Capital de Terceiros.....	0,62	0,71	-13,1%
Liquidez Corrente.....	1,24	0,60	106,8%
Valor Patrimonial da Ação (R\$).....	32,00	30,17	6,1%

Demonstração do LAJIR (EBIT) / LAJIDA (EBITDA) (Instrução CVM nº 527, de 14 de outubro de 2012)

	3T13	3T12	Var.
Lucro líquido do período	191.865	149.571	28,3%
Imposto de renda e Contribuição social.....	70.443	74.758	-5,8%
Resultado financeiro.....	77.335	124.857	-38,1%
= EBIT / LAJIR	339.643	349.186	-2,7%
Depreciação.....	160.227	194.356	-17,6%
= EBITDA / LAJIDA	499.870	543.542	-8,0%

Notas Explicativas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS PARA O PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2013 E 2012

1 CONTEXTO OPERACIONAL

(Dados relacionados à potência e volumes de energia não foram revisados pelos auditores independentes)

1.1 Contexto Operacional

A CESP – Companhia Energética de São Paulo ("CESP" ou "Companhia") é uma sociedade de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de São Paulo, com sede na cidade de São Paulo e tem como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de geração e comercialização de energia elétrica. Mantém outras atividades operacionais, de caráter complementar, tais como florestamento, reflorestamento e piscicultura, como meio de proteger os ambientes modificados pela construção de seus reservatórios e instalações.

As ações da Companhia são negociadas principalmente na BM&FBOVESPA S.A. e, desde 28 de julho de 2006, passaram a ser negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa, também da Bovespa. Como consequência, a Administração da Companhia vem continuamente aperfeiçoando a prestação de informações ao mercado.

A CESP – Companhia Energética de São Paulo possui cinco usinas de geração hidrelétrica que operam no regime de preço, e uma usina, a de Três Irmãos, que a partir de 18 de abril de 2013 por meio da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 teve sua garantia física alocada no regime de cotas. Ambas as operações somam 57 unidades geradoras, 7.457,3 MW de capacidade instalada e 3.916 MW médios de garantia física de energia (Nota 11.2), representando 6% e 5%, respectivamente, da capacidade instalada e da garantia física de energia do Brasil.

Como concessionária de serviço público de geração de energia elétrica, a CESP tem suas atividades reguladas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, e opera suas usinas de forma integrada com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS. A produção por usina decorre de despacho efetuado pelo Operador Nacional do Sistema – ONS, podendo ser visualizada no quadro abaixo:

Usinas	Produção Bruta em MWh							
	2013				2012			
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	Acumulado
Ilha Solteira	3.846.874	3.518.290	3.862.605	11.227.769	4.647.617	4.332.315	4.444.042	13.423.974
Três Irmãos	566.581	387.612	446.770	1.400.963	1.222.640	950.584	869.370	3.042.594
Jupiá	2.191.580	1.983.158	2.126.349	6.301.087	2.551.569	2.325.702	2.500.937	7.378.208
Porto Primavera	2.610.094	2.345.288	2.333.275	7.288.657	2.787.271	2.713.392	2.671.882	8.172.545
Paraibuna	62.982	76.067	123.529	262.578	104.016	142.161	97.760	343.937
Jaguari	10.838	20.999	42.605	74.442	9.840	36.869	54.720	101.429
Total	9.288.949	8.331.414	8.935.133	26.555.496	11.322.953	10.501.023	10.638.711	32.462.687

A redução na quantidade produzida na comparação dos trimestres entre 2013 e 2012, reflete o despacho das termelétricas, iniciado pelo ONS no 4º trimestre de 2012, para recuperação dos níveis dos reservatórios das usinas hidrelétricas.

Da receita operacional bruta da Companhia do trimestre findo em 30 de setembro de 2013, 66% (69% em 2012) foram provenientes de suprimento de energia elétrica a Revendedores (contratos de venda de energia/agentes comercializadores e distribuidoras contratados em leilões de energia) e 26% (25% em 2012) provenientes do fornecimento de energia a consumidores livres, sendo os restantes 8% (6% em 2012) decorrentes de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e outras receitas (Nota 24.2).

Notas Explicativas

1.2 Comercialização de Energia (Leilões de Energia) – Não revisada pelos auditores independentes

A CESP participou de leilões para o suprimento de energia elétrica às concessionárias de distribuição atuantes no Ambiente de Contratação Regulada – ACR, sendo cinco leilões de compra de energia provenientes de empreendimentos de geração existentes e dois leilões de compra de energia provenientes de novos empreendimentos.

A CESP vendeu, através de leilões, 2.288 MW médios de energia existente e 230 MW médios de energia nova, distribuídos em agrupamentos de contratos, conforme segue:

LEILÃO DE EMPREENDIMENTOS EXISTENTES	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2005	2005 a 2012	800,0	62,10	jan/05	57,51
Produto 2006	2006 a 2013	1.178,0	68,37	jan/05	67,33
Produto 2007	2007 a 2014	20,0	77,70	jan/05	75,46
Produto 2008	2008 a 2015	170,0	83,50	mai/05	83,13
Produto 2009	2009 a 2016	120,0	93,43	nov/05	94,91
		2.288,0			

LEILÃO DE NOVOS EMPREENDIMENTOS	Período de Suprimento	Energia Vendida pela CESP (M Wm)	Preço CESP (R\$)	Base	Preço Médio Ponderado dos Participantes
Produto 2009 Hidro	2009 a 2038	82,0	124,97	jul/06	124,83
Produto 2010 Hidro	2010 a 2039	148,0	116,00	jan/06	114,83
		230,0			

Os preços obtidos nos leilões estão sendo atualizados pelo IPCA, na data de reajuste tarifário das distribuidoras com a ANEEL (Notas 24.1 e 24.2).

1.3 Renovação das Concessões

A Medida Provisória 579, de 11 de setembro de 2012 (convertida em Lei nº 12.783/2013), trata das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Essa Medida Provisória ofereceu à CESP a antecipação, para janeiro de 2013, da renovação das concessões das usinas de Ilha Solteira e Jupia, vencíveis em 2015, e, adicionalmente, o mesmo tratamento para a Usina de Três Irmãos, cujo vencimento de seu primeiro período de concessão ocorreu em novembro de 2011.

O Poder Concedente, através da MP 579 e de portarias, estabeleceu condições específicas para a antecipação dessas renovações. Essas condições se referiam a novas receitas a serem praticadas por essas usinas, e de valores de indenização para os ativos ainda não amortizados, relativos ao projeto básico. Estabeleceu ainda que as usinas cujas renovações não fossem aceitas seriam licitadas.

Em assembleia realizada em 03 de dezembro de 2012 os acionistas da CESP – Companhia Energética de São Paulo decidiram pela não renovação das UHE de Ilha Solteira, Jupia e Três Irmãos. Com essa decisão, a CESP continuará a operar normalmente as Usinas de Ilha Solteira e Jupia até o termo final da concessão que se dará em julho de 2015. A Companhia operará provisoriamente a UHE Três Irmãos até a licitação para escolha do operador, previsto para janeiro de 2014. Para maiores informações sobre a UHE Três Irmãos, vide nota 31.

As Usinas de Porto Primavera (vencimento da concessão em maio de 2028), Paraibuna (vencimento da concessão em março de 2021) e Jaguari (vencimento da concessão em maio de 2020) não foram abrangidas pela MP 579 e continuarão a ser operadas normalmente pela CESP.

1.4 Risco Hidrológico

As usinas hidrelétricas Ilha Solteira, Jupia e Porto Primavera (e adicionalmente, a usina Três Irmãos) concentram-se na área de influência da bacia do rio Paraná, região noroeste do Estado de São Paulo. As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos operam com reservatórios de acumulação, enquanto os reservatórios de Jupia e Porto Primavera operam a fio d'água. A localização geográfica é considerada favorável, pois o rio Paraná é formado pela confluência de dois grandes rios, o Paranaíba, que desce da região centro-oeste do país, e o rio Grande, na divisa com o Estado de Minas Gerais. Além deles, o rio Tietê é afluente do rio Paraná, a montante (rio acima) da Usina de Jupia.

Notas Explicativas

A Companhia construiu um canal – Canal de Pereira Barreto – com cerca de 9,6 km de comprimento, interligando os reservatórios das usinas de Três Irmãos e Ilha Solteira, o que permite sua operação integrada. As usinas da Companhia, na área de influência da bacia do rio Paraná, situam-se a jusante (rio abaixo) de outras usinas hidrelétricas existentes a montante, de modo que se beneficiam de estar praticamente no fim da cascata, tendo apenas a usina de Itaipu à jusante.

A região é tropical, de elevados índices de precipitação pluviométrica. Riscos de escassez de água por condições pluviométricas são cíclicos, de ocorrência eventual. Em situações críticas, o Poder Concedente atuará objetivando o equilíbrio econômico-financeiro dos agentes. Situações hidrológicas desfavoráveis, usualmente de curta duração, são cobertas pelo Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, um instrumento financeiro de compartilhamento de risco hidrológico de que o Setor Elétrico Brasileiro dispõe e que permite ao ONS buscar a otimização dos recursos hidrelétricos através do despacho por usina, de modo que insuficiências temporárias de cada agente gerador do sistema são cobertas por geração adicional de outros geradores, a uma Tarifa de Otimização – TEO de R\$ 10,01 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1403, de 18 de dezembro de 2012, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013). Durante 2012 vigorou a TEO de R\$ 9,58 por MWh (Resolução Homologatória ANEEL nº 1246, de 13 de dezembro de 2011).

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das informações trimestrais em 12 de novembro de 2013.

As informações trimestrais da Companhia, para o período findo em 30 de setembro de 2013 e 2012, compreendem as demonstrações intermediárias preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), os quais foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), incluindo também as normas complementares emitidas pela CVM.

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC e pelo IASB, bem como as normas complementares emitidas pela CVM e órgãos reguladores, que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013. As informações trimestrais foram preparadas utilizando práticas contábeis consistentes com aquelas utilizadas em 31 de dezembro de 2012.

2.1 Base de Elaboração

Todos os valores apresentados nestas informações trimestrais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Devido ao uso de arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazerem precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas informações trimestrais tais como capacidades de geração de energia elétrica, volumes de energia elétrica gerada, volume de energia vendida, seguros e meio ambiente, não foram revisados pelos auditores independentes.

2.2 Moeda Funcional e Conversão de Saldos e Transações em Moeda Estrangeira

Os itens incluídos nas informações trimestrais são mensurados usando a moeda do ambiente econômico em que a Companhia atua, sendo que as informações intermediárias são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não foram realizadas na moeda funcional da Companhia, são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas em que as transações foram realizadas.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa vigente na data do balanço patrimonial. Os ganhos e perdas decorrentes da liquidação de transações em moeda estrangeira e resultantes da conversão de ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras, com vencimento original inferior a 90 dias. Essas aplicações estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, com liquidez imediata e sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

3.2 Ativos financeiros

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros “mensurados ao valor justo por meio do resultado”, investimentos “mantidos até o vencimento”, ativos financeiros “disponíveis para venda”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Em 30 de setembro de 2013, a CESP possuía instrumentos financeiros classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado”, “empréstimos e recebíveis”.

3.2.1 Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em mercado ativo. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

A Companhia tem como principais ativos financeiros classificados nesta categoria:

- a. Consumidores e revendedores (Nota 6)
- b. Valores a receber – CCEE (Nota 6)

As contas a receber de consumidores e revendedores incluem os valores de fornecimento e suprimento de energia elétrica, registrados conforme os contratos de energia que estabelecem quantidades, preços e forma de reajustes.

3.2.2 Mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros os (i) mantidos para negociação no curto prazo; (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou; (iii) derivativos. Estes ativos são registrados pelos respectivos valores justos e, quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros que a Companhia tem classificados nesta categoria são Cauções e depósitos vinculados (Nota 10).

3.2.3 Método de juros efetivos

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um instrumento da dívida e alocar sua receita de juros ao longo do período correspondente. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados (incluindo todos os valores pagos ou recebidos que sejam parte integrante da taxa de juros efetiva, os custos da transação e outros prêmios ou deduções) durante a vida estimada do instrumento da dívida ou, quando apropriado, durante um período menor, para o valor contábil líquido na data do reconhecimento inicial.

3.2.4 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada exercício. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência

Notas Explicativas

objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

Uma evidência objetiva pode incluir:

- Dificuldade financeira significativa do emissor ou contraparte;
- Violação de contrato, como uma inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros e principal;
- Probabilidade de o devedor ter sua falência declarada.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

A Provisão para Perda Estimada de Créditos é constituída, se necessário, com base na avaliação individual da estimativa de perda, sendo considerada suficiente para cobrir prováveis perdas na realização dos créditos a receber.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado, se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.3 Almoxarifado

Os materiais em estoque nos almoxarifados, classificados no ativo circulante (quando para manutenção), estão registrados ao custo médio ponderado de aquisição, deduzidos de provisão para redução ao valor de mercado, quando aplicável.

3.4 Investimentos

Os investimentos estão registrados ao custo de aquisição, deduzido de provisão para redução ao valor de mercado, quando requerido ou aplicável.

3.5 Imobilizado

A Companhia adotou o valor justo para determinar o custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição das demonstrações financeiras para IFRS (01/01/2009). O CPC 37/IFRS 1 denomina custo atribuído como o montante utilizado como substituto para o custo (ou o custo depreciado ou amortizado) em determinada data. Assim, alguns itens do ativo imobilizado, que estavam com valor contábil inferior e/ou superior ao seu valor justo, tiveram seus custos contábeis substituídos pelos valores atribuídos para que a posição patrimonial e financeira da Companhia fosse expressa com maior fidedignidade. A contrapartida dessa mais valia foi registrada na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial", no Patrimônio líquido.

Os custos diretamente atribuídos às obras, bem como os juros e encargos financeiros referentes a empréstimos tomados com terceiros, durante o período de construção, são registrados no ativo imobilizado em curso.

Quando componentes significativos do ativo imobilizado são substituídos, esses componentes são reconhecidos como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados à infraestrutura da concessão. Os valores residuais e a vida útil econômica dos ativos são revisados no final de cada exercício social e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil, ajustados por eventuais provisões para *impairment*, e são reconhecidos em "Ganho/Perda na Alienação de Bens e Direitos" na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3.6 Redução ao valor de recuperação de ativos (*impairment*)

Os bens do ativo imobilizado são avaliados quando há evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

A metodologia de cálculo é como segue:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina, considerado como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrange o período remanescente de cada uma das concessões detidas pela Companhia, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;
- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final das concessões, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens apurado pelo custo atribuído, e depreciados até a data do vencimento da concessão.

3.7 Passivos Financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação, quando a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A CESP baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

Estes passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido. Os principais passivos financeiros classificados nesta categoria são:

- a. Empréstimos e financiamentos (Nota 12)
- b. Encargos de dívidas (Nota 12)
- c. FIDC's (Nota 13)
- d. Valores a pagar (Nota 14)

3.8 Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D

Programa de investimentos em pesquisa e desenvolvimento, para o qual as concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esse programa, conforme Lei nº. 9.991/00 e Regulamentações ANEEL nº. 300/08 e 316/08. Este percentual é recolhido na proporção de 40% ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e 20% para Empresa de Pesquisa Energética – EPE e Ministério de Minas e Energia. O remanescente (40%) é destinado a projetos/programas de P&D da Companhia.

3.9 Provisão para riscos legais

O CPC 25/IAS 37 define provisão como passivo de prazo ou valor incerto e passivo contingente como uma obrigação possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

Os riscos, nas suas diferentes naturezas jurídicas, foram avaliados e classificados com base na opinião da Administração da Companhia e de seus advogados internos e externos, segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia e provisionados os que apresentaram expectativa de perda provável, no montante correspondente aos processos existentes nas datas

Notas Explicativas

das demonstrações financeiras. Os que tiveram expectativa de perda possível ou remota são divulgados em nota explicativa, com base na relevância e materialidade.

3.10 Provisões para custos socioambientais

As obrigações socioambientais são registradas à medida que a Companhia assume obrigações formais com reguladores ou tenha conhecimento de potencial risco relacionado às questões socioambientais, cujos desembolsos de caixa sejam considerados prováveis e para os quais uma estimativa dos montantes destes desembolsos possa ser estimada. Durante a fase de implantação do empreendimento, os valores provisionados são registrados em contrapartida ao ativo imobilizado em curso. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, todos os custos ou despesas incorridos com programas socioambientais relacionados com as licenças de operação e manutenção do empreendimento são registrados diretamente no resultado do exercício.

3.11 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são registrados pela Companhia, observando-se as disposições aplicáveis quanto à inclusão de despesas não dedutíveis, receitas não tributáveis, consideração de diferenças intertemporais e existência de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados.

O imposto de renda e a contribuição social do exercício compreendem o imposto corrente e diferido. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos no resultado do exercício, exceto se relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nestes casos o efeito fiscal também é reconhecido diretamente no patrimônio líquido. A Companhia tem a opção de distribuir juros sobre o capital próprio, calculados com base na taxa de juros de longo prazo. Tais juros podem ser considerados como parte dos dividendos obrigatórios quando distribuídos. O efeito fiscal dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa de imposto de renda no resultado do exercício, quando declarado.

O imposto corrente é a expectativa de pagamento sobre o lucro tributável do ano, utilizando a taxa nominal vigente na data do balanço patrimonial, e qualquer ajuste de imposto a pagar relacionado a exercícios anteriores.

O imposto de renda e contribuição social diferido ("imposto diferido") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, considerando uma projeção para 10 anos.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada exercício, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

3.12 Planos de benefícios pós-emprego

A Companhia patrocina planos de aposentadoria e assistência médica aos seus empregados, administrados pela Fundação CESP.

A Companhia patrocina planos de benefícios aos seus empregados, na modalidade de plano de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD). Um plano de contribuição definida é um plano de pensão segundo o qual a Companhia faz contribuições fixas à Fundação CESP, não tendo obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados, os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida. Em geral, os planos de benefício definido estabelecem um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, tais como idade, tempo de contribuição e remuneração.

Notas Explicativas

Os valores dos compromissos atuariais relacionados ao plano BD (contribuições, custos, passivos e ou ativos) são calculados anualmente por atuário independente com data base que coincide com o encerramento do exercício e são registrados conforme previsto no CPC 33/ IAS 19.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, reduzido do valor justo dos ativos do plano, com os ajustes dos custos de serviços passados não reconhecidos.

A adoção do método crédito unitário projetado, agrega cada ano de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, somando-se até o cálculo da obrigação final. São utilizadas outras premissas atuariais que levam em consideração tabelas biométricas e econômicas além de dados históricos dos planos de benefícios, obtidos da Fundação CESP.

Até 31 de dezembro de 2012 os ganhos e perdas atuariais eram registrados diretamente no resultado do exercício. A partir do exercício de 2013, os ganhos e perdas atuariais passaram a ser registrados diretamente no Patrimônio Líquido na rubrica Outros Resultados Abrangentes.

Esses ganhos e perdas atuariais são apurados no término de cada exercício com base no relatório do atuário externo.

3.13 Reconhecimento da receita

O Processo de Comercialização de Energia Elétrica ocorre de acordo com parâmetros estabelecidos pela Lei nº. 10.848/04, pelos Decretos nºs 5.163/04 e 5.177/04 (o qual instituiu a CCEE), e pela Resolução Normativa ANEEL nº. 109/04, que instituiu a Convenção de Comercialização de Energia Elétrica.

As relações comerciais entre os Agentes participantes da CCEE são regidas predominantemente por contratos de compra e venda de energia de médio e longo prazo, e todos os contratos celebrados entre os Agentes no âmbito do Sistema Interligado Nacional devem ser registrados na CCEE.

A Companhia opera nos seguintes segmentos de energia elétrica:

3.13.1 Fornecimento de energia

Venda de energia a preço e condições livremente negociados a consumidores livres – grandes consumidores finais que optaram em não adquirem energia dos distribuidores locais.

3.13.2 Suprimento de energia – leilão

Nesse segmento a Companhia vende sua energia às concessionárias de Distribuição, mediante leilões organizados pelo Poder Concedente em contratos de médio e longo prazo.

3.13.3 Suprimento de energia – contratos

Refere-se à venda direta de energia a empresas comercializadoras em contratos livremente negociados e também inclui contratos celebrados com as concessionárias de distribuição com mercado próprio inferior a 500 GWh/ano, por opção destas, no ambiente regulado.

3.13.4 Energia de curto prazo

A CCEE contabiliza as diferenças entre o que foi produzido, consumido e contratado. As diferenças positivas ou negativas são liquidadas e valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças – PLD.

Integram o Mercado de Curto Prazo as quantidades processadas no âmbito do Mecanismo de Realocação de Energia, mecanismo de compartilhamento dos riscos hidrológicos associados à otimização eletroenergética do Sistema Interligado Nacional – SIN, de modo que a energia que um agente integrante do MRE deixa de produzir é realizada por outro agente e os volumes são remunerados pela tarifa de otimização de energia suficiente para cobrir os custos variáveis.

Notas Explicativas

3.13.5 Regime de Cotas

A Portaria MME nº 125 de 17 de abril de 2013, designou a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, na UHE Três Irmãos. A partir de então, a Companhia passou a auferir, provisoriamente, receitas através do regime de cotas, instituído pela Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013.

3.14 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

No encerramento do exercício social e após a dedução dos dividendos intermediários pagos e as devidas destinações legais do lucro líquido ajustado, a Companhia registra, se aplicável, no passivo circulante, o valor equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício social.

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios limitados a 10% do capital social. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários.

Na apuração do lucro líquido ajustado para fins de distribuição de dividendos é considerada: i) o montante destinado para Reserva Legal, ii) a realização da mais valia dos ativos apurada na data de transição para as normas internacionais de contabilidade, registrada na rubrica Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido, e iii) a realização da reserva de lucros a realizar.

A Companhia distribui juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º, parágrafo 7º da Lei nº 9.249, de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais.

Os dividendos e juros sobre o capital próprio não reclamados no prazo de três anos são revertidos para o patrimônio líquido da Companhia.

3.15 Apuração do resultado

As despesas são reconhecidas na demonstração do resultado quando surge um decréscimo, que possa ser determinado em bases confiáveis, nos futuros benefícios econômicos provenientes da diminuição de um ativo ou do aumento de um passivo.

3.16 Outros ativos e passivos

Os ativos são demonstrados pelos valores realizáveis e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, descontados a valor presente e acrescidos, quando aplicável, das variações monetárias e cambiais.

3.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33.

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do período pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais Classe A e B e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente, o lucro básico e o lucro diluído por ações são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial classe A e B e ordinária de acordo com os dividendos e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.18 Informação por segmento

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio dos quais pode se obter receitas a incorrer em despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da Companhia para a tomada de decisões sobre recursos a serem alocados ao segmento e para a avaliação do seu desempenho e para o qual haja informação financeira

Notas Explicativas

individualizada disponível. O principal tomador de decisão é o diretor-presidente, sendo que a Companhia tem a política de submeter determinados assuntos a decisões colegiadas.

Os serviços são prestados utilizando-se uma rede integrada de geração de energia, e as operações são gerenciadas em bases consolidadas. Consequentemente, a Companhia concluiu que possui apenas um segmento passível de reporte que é de geração e comercialização de energia.

3.19 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela CESP, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações trimestrais, pois, de acordo com as IFRS, não é uma demonstração prevista nem obrigatória.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das informações trimestrais e seguindo as disposições contidas no CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

3.20 Principais julgamentos contábeis e fontes de incerteza nas estimativas

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço são como segue:

Imposto de renda

É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O reconhecimento de imposto de renda diferido ativo requer avaliar se é provável a existência de resultados tributáveis futuros suficientes para realizar tal imposto de renda diferido ativo. A avaliação requer considerar o histórico de resultados tributáveis, expectativas de resultados tributáveis futuros assim como do momento de reversão de diferenças temporárias. Caso a CESP não consiga gerar resultados tributáveis futuros ou se ocorrer uma mudança significativa na estrutura tributária ou no período em que as diferenças temporárias serão utilizadas é possível que a avaliação de probabilidade mude podendo requerer a baixa, de parte ou todo, do imposto de renda diferido ativo.

Provisão para riscos legais

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração juntamente com seus assessores jurídicos considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis.

Vida útil do ativo imobilizado

As vidas úteis dos bens integrantes do saldo do ativo imobilizado são estabelecidas e revisadas periodicamente pela ANEEL, as quais são praticadas e aceitas pelo mercado como representativas da vida útil econômica dos bens vinculados a infraestrutura da concessão. A Administração revisa as vidas úteis econômicas dos bens anualmente, no final de cada exercício, para convalidar que essas vidas úteis continuam consistentes para utilização nesse negócio.

Notas Explicativas

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração

Existem regras específicas para avaliar a recuperação dos ativos de vida longa, especialmente ativo imobilizado. Na data do encerramento do exercício social, a CESP realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia.

O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (i) seu valor justo menos custos estimados de venda; e (ii) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim da sua vida útil, ou da concessão.

Quando o valor contábil de um ativo excede o seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo de livro desse ativo, quando aplicável.

O processo de revisão da recuperação de ativos é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises.

Provisão para perda estimada de créditos

A Administração monitora individualmente os seus recebíveis e registra provisão para perda estimada de créditos para as perdas consideradas prováveis.

Plano de aposentadoria e benefícios pós-emprego

A Companhia reconhece sua obrigação com planos de benefícios a empregados e os custos relacionados, líquidos dos ativos do plano, adotando as seguintes práticas: (i) o custo das obrigações com benefícios pós-emprego é determinado atuarialmente usando o método do crédito unitário projetado. A taxa de desconto usada para cálculo da obrigação de benefícios futuros é uma estimativa da taxa de juros na data do balanço, sobre investimentos de renda fixa de alta qualidade, com vencimentos que coincidem com os vencimentos esperados das obrigações; e (ii) os ativos do plano de pensão são avaliados ao valor justo (marcação a mercado).

Nos cálculos atuariais os consultores atuariais também utilizam fatores subjetivos, como taxas de mortalidade, previsão de crescimento salarial e de rotatividade.

As premissas atuariais usadas pela Companhia podem ser materialmente diferentes dos resultados reais devido a mudanças nas condições econômicas e de mercado, eventos regulatórios, decisões judiciais ou períodos de vida mais curtos ou longos dos participantes. Entretanto, a Companhia e seus atuários utilizaram premissas consistentes com as análises internas e externas para definição das estimativas utilizadas.

Transações envolvendo a compra e venda de energia no âmbito da CCEE

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com as informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa preparada pela Administração da Companhia, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

4 NORMAS E INTERPRETAÇÕES NOVAS REVISADAS, JÁ EMITIDAS E AINDA NÃO ADOTADAS

A Companhia adotou todos os pronunciamentos (novos ou revisados) e interpretações emitidas pelo CPC que estavam em vigor em 30 de setembro de 2013.

Em relação à adoção dos pronunciamentos e interpretações listados abaixo, que passaram a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2013, os mesmos não impactaram as informações trimestrais da Companhia em 30 de setembro de 2013. São eles:

- CPC 17 (R1) – Contratos de Construção – Deliberação CVM nº 691 de 08 de novembro de 2012;
- CPC 30 (R1) – Receitas – Deliberação CVM nº 692 de 08 de novembro de 2012;
- CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados – Deliberação CVM nº 695 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 40 (R1) – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Deliberação CVM nº 684 de 30 de agosto de 2012;
- ICPC 08 (R1) – Contabilização da proposta de pagamento de dividendos – Deliberação CVM nº 683 de 30 de agosto de 2012; e
- ICPC 09 (R1) – Demonstrações Financeiras Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial – Deliberação CVM nº 687 de 04 de outubro de 2012.

Notas Explicativas

- CPC 19 (R2) – Negócios em conjunto – Deliberação CVM nº 694 de 23 de novembro de 2012;
- CPC 45 – Divulgação de participações em outras entidades – Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012;
- CPC 46 – Mensuração do valor justo – Deliberação CVM nº 699 de 20 de dezembro de 2012

As demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013 serão impactadas pela mudança de política contábil no registro dos ganhos e perdas atuariais decorrentes do CPC 33 R1, conforme mencionado na nota 3.12.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As aplicações financeiras, resumidas no quadro abaixo, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações referem-se a Certificados de Depósitos Bancários – CDB's, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte das instituições financeiras, de recomprá-lo e, do comprador, de revendê-lo no futuro e são remuneradas a 95% e 100% (95% e 100% em 31.12.2012) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, e ao Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios – SIAFEM, fundo 95% lastreado em títulos do Tesouro Nacional e 5% em Letra Financeira do Tesouro Estadual, remuneradas a 95% e 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

	Tipo de Aplicação	30.09.2013	31.12.2012
Caixa			
Depósitos bancários à vista.....		31.195	212
Aplicações Financeiras			
Banco do Brasil S.A. - SIAFEM..	Fundo	1.046.304	512.995
Banco Bradesco S.A.	CDB / CDI	1	5
Outras instituições.....	CDB / CDI	1.778	313
		<u>1.048.083</u>	<u>513.313</u>
		<u>1.079.278</u>	<u>513.525</u>

6 VALORES A RECEBER

O quadro a seguir, resume os valores a receber de acordo com a classe de receita, sendo que a descrição de cada classe é apresentada nos subtópicos seguintes:

	30.09.2013			31.12.2012
	Vincendos	Vencidos há mais de 90 dias (Nota 7)	Total	Total
Consumidores				
Industrial.....	79.688	4.172	83.860	68.659
Serviços públicos.....	3.802	-	3.802	11.087
	<u>83.490</u>	<u>4.172</u>	<u>87.662</u>	<u>79.746</u>
Revendedores				
Contratos de compra de energia.....	-	-	-	8.555
Agentes comercializadores.....	68.113	-	68.113	34.549
Leilões de energia.....	180.482	9.748	190.230	252.627
Suprimento - cotas.....	7.288	-	7.288	-
	<u>255.883</u>	<u>9.748</u>	<u>265.631</u>	<u>295.731</u>
Energia Livre / CCEE				
Energia Livre (RTE) (Nota 7).....	-	13.712	13.712	13.712
CCEE.....	51.173	-	51.173	-
	<u>51.173</u>	<u>13.712</u>	<u>64.885</u>	<u>13.712</u>
Total.....	<u>390.546</u>	<u>27.632</u>	<u>418.178</u>	<u>389.189</u>

Notas Explicativas

6.1 Consumidores e Revendedores

A Companhia possui certo grau de concentração em sua carteira de clientes. Em 30 de setembro de 2013, a concentração dos dez principais clientes é de 40% do total da carteira (40% em 31.12.2012).

6.2 Energia Livre – RTE

Em 26 de agosto de 2010, a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF da ANEEL emitiu o Despacho nº 2517, que fixou os montantes finais de repasse de Energia Livre a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, cujo saldo, em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 13.712 (R\$ 13.712 em 31.12.2012).

6.3 Energia de Curto Prazo – CCEE

Representa a variação apurada mensalmente, resultante do balanço processado pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, entre compromissos assumidos pela Companhia com seu mercado e demais Agentes da CCEE “versus” o efetivo comportamento de cada integrante do sistema.

No período findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia comercializou o montante de R\$ 669.369 (R\$ 330.889 em 30.09.2012) referente à energia não contratada (receita), disponível para venda no âmbito da CCEE (Nota 24.2).

7 PROVISÃO PARA PERDA ESTIMADA DE CRÉDITOS

A Companhia mantém registrada provisão para perda estimada de créditos, cuja movimentação e saldo tem a seguinte composição:

Devedor	31.12.2012	Adições / Baixas	30.09.2013
Consumidores (a).....	(4.172)	-	(4.172)
Leilões de energia (b).....	(9.748)	-	(9.748)
Energia Livre (RTE) (Nota 6)....	(13.712)	-	(13.712)
Outros Créditos (c).....	(19.263)	(10.315)	(29.578)
	(46.895)	(10.315)	(57.210)

- (a) Para cobertura de prováveis riscos na realização de saldos de consumidores;
 (b) Constituída originalmente em face de recuperação judicial da CELPA – Centrais Elétricas do Pará S.A.;
 (c) Relacionados a outros recebíveis registrados como outros créditos (Nota 9a);

8 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS COMPENSÁVEIS

	30.09.2013	31.12.2012
Circulante		
Imposto de renda (a).....	3.292	3.045
Contribuição social (b).....	508	811
COFINS a compensar	1.109	2.095
PIS a compensar.....	240	705
	5.149	6.656

- (a) Saldo remanescente de créditos de imposto de renda decorrente de retenções na fonte, atualizados pela SELIC, e de recolhimento por estimativa, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.
 (b) Refere-se a saldo de contribuição social decorrente de recolhimento por estimativa, atualizados pela SELIC, utilizáveis na compensação de tributos e contribuições sociais.

Notas Explicativas

9 OUTROS CRÉDITOS

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	1.492	1.402
Créditos diversos (a)	33.468	25.719
FIDC - conta vinculada.....	21.696	24.236
Ordens de projetos - P & D.....	17.449	28.903
Créditos de diferença quotas de RGR - 2009 (Eletrobrás)...	-	349
DAEE - Cessão de créditos (b)	-	29.893
Outros.....	1.977	1.034
	<u>76.082</u>	<u>111.536</u>
Não Circulante		
Créditos de alienação de bens e direitos.....	2.810	2.309
Bens destinados a alienação.....	1.361	1.361
Outros.....	660	1.198
	<u>4.831</u>	<u>4.868</u>
Total.....	<u>80.913</u>	<u>116.404</u>

- (a) Saldo de créditos com diversas empresas e entidades com as quais a Companhia mantém operações. Para cobrir eventuais riscos na realização de alguns recebíveis, foram constituídas provisões para perda estimada de créditos no montante total de R\$ 29.578 (Nota 7).
- (b) Contrato firmado em 30 de novembro de 2011, com o Departamento de Águas e Energia Elétrica – DAEE, para recebimento em 24 parcelas mensais, corrigidas pelo CDI acrescido de juros de 0,3% a.m., referente à cessão de créditos (repasso financeiro), com vencimento final em 30 de novembro de 2013 e liquidado em 30 de agosto de 2013.

10 CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Cauções e depósitos vinculados		
Depósitos vinculados (a).....	35.425	65.750
Não Circulante		
Depósitos Judiciais (b)		
Ações cíveis.....	158.500	153.118
Ações trabalhistas - recursais	40.347	35.721
Ações tributárias.....	17.291	30.424
Ações ambientais.....	295.649	303.272
Outros depósitos judiciais.....	2.137	-
	<u>513.924</u>	<u>522.535</u>
Cauções		
Depósitos vinculados - CCEE (c)	6.549	29.400
Quotas subordinadas - FIDC (d)	77.345	76.266
	<u>83.894</u>	<u>105.666</u>
	<u>597.818</u>	<u>628.201</u>
Total.....	<u>633.243</u>	<u>693.951</u>

- (a) Em 30 de setembro de 2013, refere-se à remessa ao exterior que será utilizada no processo de aquisição de parte das Notas de Médio Prazo – Bônus Série 8 (Nota 12.3 (5)) no mercado secundário. A liquidação efetiva de parte do saldo da dívida dar-se-á quando do cancelamento dos respectivos títulos junto ao Banco Central do Brasil – BACEN. Em 30 de dezembro de 2012, referia-se à aquisição de US\$ 32.2 milhões efetuada em novembro de 2012, utilizada para pagamento de juros dos empréstimos Bônus séries 7 e 8, em janeiro e fevereiro de 2013, respectivamente (Notas 12.2 (3) e 12.3 (5));
- (b) Do total de depósitos judiciais, está relacionado com provisões para riscos legais, em 30 de setembro de 2013, o montante de R\$ 513.924 (R\$ 522.535 em 31.12.2012; Nota 20);

Notas Explicativas

- (c) Crédito caucionado junto à CCEE, em conta mantida no Banco Bradesco S/A (Nota 5);
- (d) Crédito caucionado equivalente a quotas pertencentes à CESP, vinculadas ao Fundo de Investimento em Direito Creditório/FIDC IV – 72 quotas, que só poderão ser resgatadas no vencimento da última parcela, concomitantemente com a liquidação do fundo, com vencimento para maio/2017. O saldo das quotas é ajustado mensalmente pelo valor da cotação de mercado.

11 IMOBILIZADO

O saldo do ativo imobilizado em serviço segregado por natureza de bens, com os comentários contidos nas Notas 11.1 a 11.4 tem a seguinte composição:

	Taxas Anuais Médias de Depreciação %	30.09.2013		31.12.2012
		Custo Total	Depreciação Acumulada	Líquido
Em Serviço				
Terrenos.....		393.567	-	393.567
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	2,0%	23.926.574	(16.805.433)	7.121.141
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1,8%	6.530.053	(5.136.051)	1.394.002
Máquinas e Equipamentos.....	1,5%	7.838.123	(6.070.768)	1.767.355
Veículos.....	0,9%	6.947	(6.168)	779
Móveis e Utensílios.....	7,1%	25.761	(19.167)	6.594
		<u>38.721.025</u>	<u>(28.037.587)</u>	<u>10.683.438</u>
Em Curso				
Terrenos.....		1.895	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....		113.874	-	113.874
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....		51.398	-	51.398
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..		149.448	-	149.448
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....		101.851	-	101.851
Depósitos Judiciais.....		100.287	-	100.287
Outros.....		8.455	-	8.455
		<u>527.208</u>	<u>-</u>	<u>527.208</u>
Total		<u>39.248.233</u>	<u>(28.037.587)</u>	<u>11.210.646</u>
				<u>15.181.566</u>

Em 7 de fevereiro de 2012, a ANEEL emitiu a Resolução Normativa nº. 474, que estabeleceu as novas taxas anuais de depreciação, para os ativos em serviço outorgado do setor elétrico, determinando que as concessionárias procedam ao cálculo e à contabilização das novas quotas periódicas de depreciação a partir de 1º de janeiro de 2012. As taxas anuais de depreciação adotadas no serviço público de energia, para os bens vinculados de geração, são de 2% a 6,67%. Até 2011, vigoraram as taxas anuais de depreciação de 2% a 7,1% (Resolução Normativa ANEEL nº 367 de 02 de junho de 2009).

A movimentação dos saldos de ativo imobilizado está representada por:

	Saldo em 31.12.2012	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas	Três Irmãos (Nota 31.2)	Saldo em 30.09.2013
Em Serviço							
Terrenos.....	1.082.925	-	-	12.743	(178)	(701.923)	393.567
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	9.604.269	-	(356.296)	16.043	(2)	(2.142.873)	7.121.141
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	1.859.895	-	(95.191)	3.997	(78)	(374.621)	1.394.002
Máquinas e Equipamentos.....	2.072.188	-	(68.703)	73.375	43	(309.548)	1.767.355
Veículos.....	339	-	(115)	569	(14)	-	779
Móveis e Utensílios.....	8.566	-	(1.930)	396	(323)	(115)	6.594
	<u>14.628.182</u>	<u>-</u>	<u>(522.235)</u>	<u>107.123</u>	<u>(552)</u>	<u>(3.529.080)</u>	<u>10.683.438</u>
Em Curso							
Terrenos.....	1.894	5.979	-	(12.743)	6.765	-	1.895
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	117.909	12.008	-	(16.043)	-	-	113.874
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	54.528	555	-	(3.997)	312	-	51.398
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	191.449	9.393	-	(51.771)	377	-	149.448
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	108.437	14.879	-	(20.800)	(665)	-	101.851
Depósitos Judiciais.....	72.031	35.021	-	-	(6.765)	-	100.287
Outros.....	7.136	3.112	-	(1.769)	(24)	-	8.455
	<u>553.384</u>	<u>80.947</u>	<u>-</u>	<u>(107.123)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>527.208</u>
Total	<u>15.181.566</u>	<u>80.947</u>	<u>(522.235)</u>	<u>-</u>	<u>(552)</u>	<u>(3.529.080)</u>	<u>11.210.646</u>

Notas Explicativas

	Saldo em 31.12.2011	Adições	Depreciação	Ativações	Reclassificação/ Baixas (*)	Saldo em 30.09.2012
Em Serviço						
Terrenos.....	1.059.395	-	-	21.077	-	1.080.472
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	10.137.593	-	(383.991)	-	(72.436)	9.681.166
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	2.007.208	-	(100.416)	-	(45)	1.906.747
Máquinas e Equipamentos.....	2.280.146	-	(97.080)	25.085	28.148	2.236.299
Veículos.....	1.335	-	(182)	38	21	1.212
Móveis e Utensílios.....	11.425	-	(1.585)	153	(1)	9.992
	<u>15.497.102</u>	<u>-</u>	<u>(583.254)</u>	<u>46.353</u>	<u>(44.313)</u>	<u>14.915.888</u>
Em Curso						
Terrenos.....	1.894	7.357	-	(21.077)	13.722	1.896
Reservatórios, Barragens e Adutoras.....	58.731	43.441	-	-	-	102.172
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias.....	11.020	34	-	-	(43)	11.011
Máquinas e Equipamentos em Manutenção..	90.497	29.497	-	(16.366)	35.412	139.040
Máquinas e Equipamentos em Montagem.....	79.787	13.636	-	(7.792)	-	85.631
Depósitos Judiciais.....	91.657	798	-	-	(19.706)	72.749
Outros.....	10.318	2.645	-	(1.118)	-	11.845
	<u>343.904</u>	<u>97.408</u>	<u>-</u>	<u>(46.353)</u>	<u>29.385</u>	<u>424.344</u>
Total	<u>15.841.006</u>	<u>97.408</u>	<u>(583.254)</u>	<u>-</u>	<u>(14.928)</u>	<u>15.340.232</u>

(*) A Companhia procedeu à reclassificação entre contas, em virtude da conclusão da atualização do sistema de controle patrimonial, e, conseqüente reconciliação deste com o saldo contábil.

11.1 Imobilizado em Curso

O imobilizado em curso inclui, principalmente, gastos com modernização, repotenciação de máquinas e equipamentos relevantes para o parque gerador.

Inclui ainda saldos de depósitos judiciais no valor de R\$ 100.287 (R\$ 72.031 em 31.12.2012), iniciais e em garantia de ações de desapropriações, envolvendo principalmente a Usina de Porto Primavera e outras demandas de usinas da CESP.

A partir de 2009, os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 25.2).

11.2 Concessões de Energia Elétrica

As concessões de geração da CESP foram outorgadas por decretos relativos a cada usina à época do início dos estudos e obras de construção, e foram agrupadas em um contrato de concessão assinado em 12 de novembro de 2004, abrangendo todo o parque gerador da Companhia:

Usina Hidrelétrica	Total de Máquinas em Operação	Potência Instalada MW (*)	Garantia Física (*) MW Médio	Entrada em Operação (b)	Prazo de Concessão
Ilha Solteira	20	3.444,0	1.731,5	18.07.73	07.07.15
Jupiá	14	1.551,2	886,0	14.04.69	07.07.15
Três Irmãos (a) (Nota 1.3)	5	807,5	217,5	28.11.93	18.11.11
Engenheiro Sérgio Motta	14	1.540,0	1.017,0	23.01.99	21.05.28
Jaguari	2	27,6	14,0	05.05.72	20.05.20
Paraibuna	2	87,0	50,0	20.04.78	09.03.21
	<u>57</u>	<u>7.457,3</u>	<u>3.916,0</u>	(c)	

(a) Garantia física fornecida pela Portaria MME nº 32, de 05/03/2013. Para maiores informações, vide Nota 31.

(b) Data de entrada em operação do primeiro Grupo Gerador.

(c) Da garantia física da CESP devem ser deduzidos o consumo próprio das usinas e as perdas de transmissão até o centro de gravidade do sistema. Estas deduções variam a cada ano, mas podem ser estimadas em até 3%.

(*) Dados relacionados à potência e energia não revisados pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

11.3 Dos Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão e distribuição de energia elétrica, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação. Determina, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

11.4 Custo atribuído (*deemed cost*)

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 37 (IFRS 1) e ICPC 10, a Companhia optou pela adoção do custo atribuído para as usinas integrantes da infraestrutura de geração, ajustando os saldos de abertura na data de transição em 01/01/2009 pelos seus valores justos estimados por avaliadores independentes.

A Companhia entende por valor justo, o valor novo de reposição das usinas, depreciados pelas taxas de depreciação da ANEEL.

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009, o efeito líquido de primeira adoção do custo atribuído para as usinas resultou em um aumento no ativo imobilizado de R\$ 3.553.278, em contrapartida da conta de imposto de renda e contribuição social diferidos de R\$ 1.208.115 (34%) e na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial, no Patrimônio Líquido de R\$ 2.345.163. Os detalhes estão apresentados a seguir:

Usina	01.01.2009		
	Custo atribuído limitado ao valor de recuperação	Valor contábil	Mais (menos) valia
Porto Primavera	8.917.513	10.912.754	(1.995.241)
Ilha Solteira + Três Irmãos	7.780.060	3.326.400	4.453.660
Jupia	1.207.288	275.394	931.894
Paraibuna	141.296	20.905	120.391
Jaguari	45.618	3.044	42.574
Total	18.091.775	14.538.497	3.553.278
Impostos diferidos			(1.208.115)
Efeito no patrimônio líquido			2.345.163

Movimentação:

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 01/01/2009	3.553.278	(1.208.115)	2.345.163
Realização no exercício.....	(300.574)	102.195	(198.379)
Saldo em 31/12/2009.....	3.252.704	(1.105.920)	2.146.784
Realização no exercício.....	(301.684)	102.573	(199.111)
Saldo em 31/12/2010.....	2.951.020	(1.003.347)	1.947.673
Realização no exercício.....	(302.303)	102.783	(199.520)
Saldo em 31.12.2011.....	2.648.717	(900.564)	1.748.153
Realização no exercício.....	(302.217)	102.754	(199.463)
Saldo em 31.12.2012.....	2.346.500	(797.810)	1.548.690
Realização no período.....	(209.806)	71.334	(138.472)
Saldo final em 30.09.2013.....	2.136.694	(726.476)	1.410.218

11.5 Redução ao valor recuperável de ativos – *Impairment*

A Administração prepara anualmente estudos internos para avaliar a capacidade de recuperação do custo contábil do ativo imobilizado do parque gerador da Companhia em suas operações futuras, considerando os seguintes componentes e premissas:

- Fluxo de caixa futuro das operações, descontado a valor presente, para cada usina considerada como o menor nível de unidade geradora de caixa. Esse fluxo abrangeu o período remanescente da concessão, sem incluir eventual período de prorrogação ou renovação;

Notas Explicativas

- Fluxo de caixa futuro do valor da indenização ao final da concessão, descontado a valor presente. A Administração adotou como premissa, que o valor de indenização mínimo a ser recebido da União Federal, no processo de reversão dos bens, será o valor residual dos bens avaliado ao custo de reposição depreciado (valor novo de reposição depreciado) pelas taxas estabelecidas pelo Poder Concedente até a data do vencimento da concessão;
- Taxa de desconto compatível com o mercado (2009: 6,69%; 2010: 6,24%; 2011: 5,70%; 2012: 4,95% a.a. líquida de imposto de renda);
- As usinas de Ilha Solteira e Três Irmãos passaram a ser tratadas como Unidades Geradoras de Caixa independentes, deixando de serem consideradas de forma integrada (complexo integrado), conforme dados fornecidos pela Portaria MME nº 32, publicada em 05 de março de 2013.
- Para a usina de Três Irmãos, cuja concessão venceu em 18 de novembro de 2011, não foi considerado o fluxo de caixa das operações.

Em 1º de novembro de 2012, o Ministério de Minas e Energia ("Poder Concedente"), através da Portaria Interministerial ("PI") 580, informou o valor da indenização dos ativos para as usinas hidrelétricas enquadradas na MP 579. Essa Portaria mencionou que os estudos para determinação do valor das indenizações foram realizados pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE considerando o Valor Novo de Reposição a preços de junho de 2012. Em 04 de dezembro de 2012, a Companhia formalizou sua decisão em não renovar as concessões conforme as condições estabelecidas pela MP 579. O valor de indenização utilizado para fins de análise de "impairment" é a melhor estimativa da Administração considerando a interpretação do contrato de concessão vigente.

Especificamente, em relação aos ativos vinculados à concessão da UHE Três Irmãos, transferidos para a rubrica "Ativo Disponível para Reversão" (Nota 31), e que deverão ser indenizados pelo Poder Concedente, a Administração da Companhia, amparada no Contrato de Concessão, acredita que tem o direito de receber, no mínimo, o valor contábil líquido correspondente a esse ativo. Dessa forma, nenhuma provisão para desvalorização foi considerada necessária em 30 de setembro de 2013.

As projeções de resultado revisadas pela Administração, em 31 de dezembro de 2012, não indicaram problema de recuperação dos bens integrantes do ativo imobilizado (unidades geradoras de caixa) e continuam válidas para 30 de setembro de 2013.

12 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

12.1 Composição

	30.09.2013				31.12.2012			
	Circulante		Não Circulante		Circulante		Não Circulante	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Encargos	Principal	Principal	Total
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras (1) ..	2.319	61.702	-	64.021	1.574	56.542	28.271	86.387
BNDES (2)	6.026	95.332	630.160	731.518	1.788	82.786	633.583	718.157
Medium Term Notes (3)	-	-	-	-	14.244	449.570	-	463.814
Outras Instituições	104	242	1.195	1.541	45	222	989	1.256
	<u>8.449</u>	<u>157.276</u>	<u>631.355</u>	<u>797.080</u>	<u>17.651</u>	<u>589.120</u>	<u>662.843</u>	<u>1.269.614</u>
Moeda Nacional								
Instituições Financeiras (4) ..	903	25.536	38.728	65.167	926	49.183	45.516	95.625
Notas de Médio Prazo (5)	20.973	-	1.068.608	1.089.581	41.682	-	1.025.091	1.066.773
ELETROBRÁS (6)	10	5.201	26.652	31.863	12	5.215	30.549	35.776
	<u>21.886</u>	<u>30.737</u>	<u>1.133.988</u>	<u>1.186.611</u>	<u>42.620</u>	<u>54.398</u>	<u>1.101.156</u>	<u>1.198.174</u>
	<u>30.335</u>	<u>188.013</u>	<u>1.765.343</u>	<u>1.983.691</u>	<u>60.271</u>	<u>643.518</u>	<u>1.763.999</u>	<u>2.467.788</u>

12.2 Informações sobre operações em Moeda Estrangeira

- (1) Devido diretamente ao Governo Federal, em dólares norte-americanos, e integra a reestruturação da dívida externa brasileira, concluída em 15 de abril de 1994, no contexto do Plano Brady, e o saldo de principal é composto como segue:

Tipo	Anos		Amortização	Taxa de Juros (%) a.a.	Principal	
	Vencido. (b)	Carência (b)			30.09.2013	31.12.2012
Bônus de Capitalização (a)	20	10	21 parcelas semestrais	5º e 6º anos - 5,00 a partir do 7º ano - 8,00	<u>61.702</u>	<u>84.813</u>
					<u>61.702</u>	<u>84.813</u>

Notas Explicativas

- (a) Possuem garantia do Governo do Estado de São Paulo.
 - (b) A partir de 15 de abril de 1994.
- (2) O saldo de principal de R\$ 725.492 (R\$ 716.369 em 31.12.2012) refere-se a contrato firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, em 4 de setembro de 2002, cujo montante original é de US\$ 552.650 mil, com amortização do principal a partir de 15 de abril de 2005, em 88 parcelas bimestrais e corrigido pela UMBNDES, acrescido de “spread” básico de 1,91% a.a. e de descasamento de 0,95% a.a., com vencimento de juros a partir de 15 de abril de 2003. O referido contrato é garantido pela União e contra garantido pelo Governo do Estado. Trata-se de contrato de permuta, composto por dívidas repactuadas anteriormente no contexto do “Plano Brady”, referente a “Bônus ao Par” no valor de US\$ 325.516 mil e “Bônus de Desconto” no valor de US\$ 227.134 mil.
- (3) Série 7 (ISIN nº US12517GAE52): empréstimo liquidado em 9 de agosto de 2013 (R\$ 449.570 em 31.12.2012) era relativo ao lançamento de notas de médio prazo, ocorrido em 11 de agosto de 2006, no valor de US\$ 220 milhões, através dos bancos Finantia e Standard Bank, com juros semestrais de 9,25% a.a. e vencimento único dos títulos em agosto de 2013. Estes recursos destinaram-se à quitação de obrigações financeiras no mercado interno e obrigações externas garantidas pelo Tesouro Nacional.

Estes títulos integram o Programa de Notas de Médio Prazo da Companhia, no valor original de US\$ 700 milhões em 2001, aditado para US\$ 800 milhões em maio de 2002, US\$ 975 milhões em agosto de 2006 e US\$ 1,4 bilhões em janeiro de 2007.

As notas de médio prazo possuem algumas cláusulas restritivas, limitando a possibilidade da Companhia dar em garantia os seus ativos, em parte ou no todo, para saldar dívidas com terceiros; impossibilitando-a de firmar contratos de arrendamento na forma de “Sale and Leaseback” e obrigando ao cumprimento de determinados índices econômico-financeiros. No caso de descumprimento de tais índices por três trimestres consecutivos, a Companhia deverá resgatar as notas em um prazo de 30 dias. A Companhia tem cumprido os índices exigidos que são calculados trimestralmente com base nas informações trimestrais em moeda de poder aquisitivo constante (correção integral).

12.3 Informações sobre operações em Moeda Nacional

- (4) Nesta rubrica estão registradas operações com instituições financeiras nacionais, sendo o valor de principal em aberto distribuído da seguinte forma:
- (a) Valor de principal composto por saldo de R\$ 25.536 (R\$ 61.479 em 31.12.2012), referente ao contrato com a União (BNDES/BIBS), com amortização mensal até março de 2014 e garantia do Governo do Estado, acrescido de juros de 8,38119% a.a., indexado de duas formas:
 - Saldo de R\$ 19.935 (R\$ 48.373 em 31.12.2012), referente a parte dos direitos adquiridos do BNDES pela União, indexados pela TJLP com redutor de 6% a.a.
 - Saldo de R\$ 5.601 (R\$ 13.106 em 31.12.2012), referente ao acordo denominado BIBS – *Brazil Investment Bond Exchange Agreement* – títulos emitidos pela República Federativa do Brasil em troca de obrigações financeiras garantidas pela União com os bancos comerciais estrangeiros, indexadas pela variação do Índice Geral de Preços de Mercado/IGP-M.
 - (b) Em 1º de abril de 2011, a Companhia efetuou a contratação de FINAME junto ao ITAÚ/BBA para reparo de 4 máquinas para as unidades geradoras da UHE de Ilha Solteira, a ser liberado em 4 parcelas de R\$ 10.000 cada, corrigidas pela TJLP e acrescidas de juros trimestrais de 4,15% a.a., com vencimento em 3 parcelas no final em 48 meses (15.04.2015). O saldo do principal em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 38.728 (R\$ 33.220 em 31.12.2012).
- (5) Em 22 de janeiro de 2007, a Companhia efetuou o lançamento de Notas de Médio Prazo no mercado internacional, títulos fixados em reais, corrigidos pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo/IPCA, no valor de R\$ 750 milhões, com juros semestrais de 9,75% a.a., com vencimento único de principal em 15 de janeiro de 2015. O saldo de principal desta operação em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 1.068.608 (R\$ 1.025.091 em 31.12.2012).
- (6) Saldo de principal de R\$ 31.853 (R\$ 35.764 em 31.12.2012), referente aos financiamentos com a ELETROBRÁS, como segue:
- (a) Saldo de R\$ 30.841 (R\$ 34.592 em 31.12.2012) refere-se ao principal de financiamentos para obras civis e montagem eletromecânica da Usina de Porto Primavera, com pagamento mensal remunerado à taxa de 5% a.a., vencíveis até 30 de novembro de 2019.

Notas Explicativas

(b) Saldo de R\$ 1.012 (R\$ 1.172 em 31.12.2012) refere-se ao principal de financiamentos para aquisição de materiais e equipamentos, formalizados através de Instrumento de Reconhecimento de Débito/IRD, com pagamento trimestral remunerado à taxa fixa de 8% a.a., vencíveis até 15 de agosto de 2020.

12.4 O saldo devedor de principal em moeda estrangeira apresenta a seguinte composição:

Moeda	30.09.2013			31.12.2012		
	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%	R\$ mil	US\$ mil (*) (Equivalente)	%
US\$.....	788.631	353.646	100,00	1.251.963	612.656	100,00
	788.631	353.646	100,00	1.251.963	612.656	100,00

12.5 O saldo do principal de empréstimos e financiamentos a longo prazo, em 30 de setembro de 2013, tem seus vencimentos assim programados:

	Moeda Estrangeira		Moeda Nacional	Total
	US\$ mil (*) (Equivalente)	R\$ mil	R\$ mil	R\$ mil
2014.....	15.005	33.462	4.505	37.967
2015.....	47.423	105.753	1.111.840	1.217.593
2016.....	51.261	114.311	4.505	118.816
De 2017 a 2020.....	168.894	376.634	13.138	389.772
De 2021 a 2024.....	536	1.195	-	1.195
	283.119	631.355	1.133.988	1.765.343

(*) Convertido para US\$ à taxa de R\$ 2,2300 em 30 de setembro de 2013 (R\$ 2,0435 em 31.12.2012).

12.6 As principais moedas e indexadores de empréstimos e financiamentos apresentaram as seguintes variações percentuais:

Nos Trimestres findos em	US\$	IPCA	TR	IGP-M	IGP-DI
30.09.2013	0,65	0,62	0,07	1,91	1,97
30.09.2012	0,46	1,42	0,01	3,78	3,73

13 FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS – FIDC

	30.09.2013			31.12.2012	
	Circulante		Não Circulante	Total	Total
Encargos	Principal	Principal			
- FIDC IV.....	3.079	282.948	550.811	836.838	1.002.529
	3.079	282.948	550.811	836.838	1.002.529

Para projeção de vencimentos, vide Nota 29.1.

13.1 FIDC IV

Em 18 de junho de 2007 ocorreu o ingresso do FIDC IV, no montante de R\$ 1.250 milhões, sob a coordenação do Banco Bradesco S.A., em conjunto com os bancos Itaú BBA, Votorantim, ABC Brasil e Fator, com prazo de 10 anos, amortização mensal de principal em 111 parcelas, vencimento final em 8 de maio de 2017 e pagamento de juros mensais, indexados pelo CDI + 1,75% a. a. O fundo está vinculado a 138 contratos de venda de energia oriundos de leilão de energia nova no ambiente regulado.

Notas Explicativas

Os recursos das operações destinaram-se à liquidação de obrigações do serviço da dívida da Companhia. A Companhia possui cauções em quotas subordinadas desta operação no montante de R\$ 77.345 (Nota 10).

Na estruturação do FIDC CESP IV há a previsão que a ocorrência de qualquer dos eventos ali relacionados, será considerado como Evento de Avaliação. O Administrador do Fundo convocará Assembleia Geral que decidirá se tal evento deva ser considerado como Evento de Liquidação. Se esta for a decisão, deverão ser iniciados os procedimentos estabelecidos no Regulamento para a liquidação do Fundo.

14 VALORES A PAGAR

<u>Credor</u>	<u>Objeto</u>	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
ELETROBRÁS - Energia de ITAIPU, Própria e			
	Transporte de Potência (a)	-	114.104
	- Refinanciamento (b)	-	8.671
		<u>-</u>	<u>122.775</u>

(a) Saldo remanescente de contrato de refinanciamento de aquisição de energia, sem a prestação de garantias adicionais por parte da Companhia, celebrado em 14 de julho de 1998, com prazo de 168 meses e atualização pela variação anual do IGP-M, acrescido de juros de 10% a.a., vencíveis mensalmente. O mesmo foi repactuado através de aditivo celebrado em 22 de dezembro de 2004, com carência de 12 meses, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, com vencimento final em 15 de outubro de 2015.

(b) Referia-se a termo aditivo ao contrato referido no item "a", celebrado em 22 de dezembro de 2004, a título de refinanciamento de parcelas vencidas e não pagas entre agosto de 2003 e julho de 2004, para pagamento em 118 parcelas mensais e sucessivas, nas mesmas condições do contrato original, com vencimento final em 15 de maio de 2014.

A Companhia efetuou a liquidação antecipada de ambos os contratos em 15 de maio de 2013.

Notas Explicativas

15 DEMONSTRATIVO DE EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS, FIDC E VALORES A PAGAR

COMPOSIÇÃO DA DÍVIDA FINANCEIRA

Moeda	Contrato	Nota Explicativa	Encargos Financeiros Anuais (%)	Vencimento Final	Periodicidade de Pagamentos		Encargos	Circulante	Não Circulante	30.09.2013 Total	31.12.2012 Total
					Encargos	Principal					
M OEDA ESTRANGEIRA											
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS											
US\$	BRADY - CAPITALIZAÇÃO	13.2 item 1	Taxa Fixa = 8% a.a.	abr-2014	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	2.319	61.702	-	64.021	86.387
US\$	BRADY	13.2 item 2	2,86% a.a.+ UMBNDES	abr-2019	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	(Fev,Abr,Jun,Ago,Out,Dez)	6.026	95.332	630.160	731.518	718.157
US\$	MEDIUM TERM NOTES SÉRIE 7	13.2 item 3	Taxa Fixa = 9,25% a.a.	ago-2013	Sem. (Fev. e Ago.)	Parcela Única no Final	-	-	-	-	463.814
US\$	OUTRAS INSTITUIÇÕES ELETROPOLULO		Div (0,81,25% a.a.+ LIBOR) até 8% a.a.	abr-2024	Sem. (Abr e Out.)	Sem. (Abr e Out.)	104	242	1.195	1.541	1.256
M OEDA NACIONAL											
INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS											
R\$	B. BRASIL - (BNDES / BIB'S)	13.3 item 4	8,38119% a.a. + (IGP-M/TJLP - 6% a.a.)	mai-2014	Mensal	Mensal	903	25.536	38.728	65.167	95.625
R\$	BNDES - Fname ITAU-BBA		(TJLP + 4,15% a.a.)	abr-2015	Trimestral	3 Parcelas no final	172	25.536	-	25.708	61.893
MEDIUM TERM NOTES											
R\$	BÔNUS - SÉRIE 8	13.3 item 5	9,75% a.a. + IPC-A	jan-2015	Sem. Jan. e Jul.	Parcela Única no Final	20.973	-	1.068.608	1.089.581	1.066.773
R\$	ELETROBRÁS - RGR	13.3 item 6	Taxa Fixa = 5% a.a.	nov-2019	Mensal	Mensal	10	5.201	26.652	31.863	35.776
R\$	ELETROBRÁS - IRD		Taxa Fixa = 8% a.a.	ago-2020	Trim. (Fev,Mar,Ago,Nov)	Trim. (Fev,Mar,Ago,Nov)	10	200	25.840	30.841	34.592
OUTRAS DÍVIDAS											
R\$	FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS FIDC IV	14	1,75% a.a. + CDI	mai-2017	Mensal	Mensal	3.079	282.948	550.811	836.838	1.002.529
R\$	VALORES A PAGAR ELETROBRÁS (FURNAS/ITAIPU)	15 item (a) e (b)	10% a.a. + IGP-M	out-2015	Mensal	Mensal	-	-	550.811	836.838	1.002.529
TOTAL GERAL							33.414	470.961	2.316.154	2.820.529	3.593.092

Notas Explicativas

15.1 Movimentação de Empréstimos e financiamentos, FIDC e Valores a pagar

	Moeda		FIDC	Valores a	
	Nacional	Estrangeira		Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2012	1.198.174	1.269.614	1.002.529	122.775	3.593.092
Ingressos.....	5.508	-	-	-	5.508
Juros e Comissões.....	75.277	67.854	17.064	5.841	166.036
Variações Monetárias.....	41.403	-	53.295	(872)	93.826
Variações Cambiais.....	-	126.957	-	-	126.957
Amortização de Principal.....	(40.138)	(590.407)	(236.050)	(121.404)	(987.999)
Amortização de Juros.....	(93.613)	(76.938)	-	(6.340)	(176.891)
Saldo final em 30.09.2013	1.186.611	797.080	836.838	-	2.820.529

	Moeda		FIDC	Valores a	
	Nacional	Estrangeira		Pagar	Total
Saldo inicial em 31.12.2011	1.332.861	1.316.420	1.194.358	149.673	3.993.312
Ingressos	3.874	-	-	-	3.874
Juros e Comissões	78.815	73.589	16.033	10.339	178.776
Variação Monetária	52.135	-	72.279	8.791	133.205
Varição Cambial	-	97.536	-	-	97.536
Amortização de Principal	(186.885)	(100.942)	(230.009)	(28.246)	(546.082)
Amortização de Juros	(120.846)	(74.133)	-	(8.666)	(203.645)
Saldo final em 30.09.2012	1.159.954	1.312.470	1.052.661	131.891	3.656.976

16 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
COFINS s/ receitas	20.849	20.280
PIS s/ receitas	4.526	4.403
ICMS s/ fornecimento de energia (substituição tributária).....	1.980	438
Imposto de renda s/lucro.....	22.086	3.267
Contribuição social s/lucro.....	8.276	1.795
Imposto de renda s/ remessa ao exterior.....	3.163	-
Encargos sociais s/ folha de pagamento - empresa.....	5.031	5.543
Impostos e contribuições sociais de prestadores de serviços.....	1.630	1.608
Tributos e contribuições sociais - parcelamento ordinário (a).....	-	4.173
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (b).....	12.261	20.165
	<u>79.802</u>	<u>61.672</u>
Não Circulante		
Tributos e contribuições sociais - parcelamento REFIS (b).....	-	7.170
	<u>79.802</u>	<u>68.842</u>

(a) Referia-se a parcelamento ordinário de débitos remanescentes de PIS e COFINS, em 6 (seis) parcelas, referente aos anos-calandários 2000/2001, vinculados a processo administrativo de restituição de saldo negativo de IRPJ e CSLL, homologado parcialmente pela Secretaria da Receita Federal; liquidado em 31 de janeiro de 2013;

(b) Movimentação:

Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (CP) 12/2012....	20.165
Tributos e contribuições sociais - parcelamentos (b) (LP) 12/2012....	<u>7.170</u>
Saldo em 31.12.2012.....	27.335
(+) Atualização/juros.....	839
(-) Pagamentos.....	<u>(15.913)</u>
Saldo em 30.09.2013.....	<u>12.261</u>

Notas Explicativas

Composição:

	30.09.2013		31.12.2012	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Dívidas Previdenciárias - RFB.....	11.953	-	11.953	24.378
Dívidas Tributárias - PGFN.....	308	-	308	2.957
	12.261	-	12.261	27.335

Quando da consolidação, foram efetuadas as opções de prazo disponibilizadas, sendo que a Companhia optou pelos prazos de pagamento em (i) dívidas previdenciárias: 36 parcelas; (ii) dívidas tributárias – PGFN: 29 parcelas e (iii) dívidas tributárias – RFB: 13 parcelas. O primeiro recolhimento foi efetuado em junho/2011, sendo as parcelas mensais atualizadas pela SELIC.

17 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

A Companhia possui créditos fiscais totais (nominais) no montante de R\$ 2.852.233, sendo: R\$ 2.134.990 de imposto de renda (formado por prejuízos fiscais de R\$ 968.297 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 1.166.693), e de contribuição social de R\$ 717.243 (formado por base negativa de R\$ 297.405 e diferenças temporariamente não dedutíveis de R\$ 419.838).

Pela legislação tributária em vigor, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros tributáveis futuros, até o limite de 30% do resultado tributável de cada exercício, não estando sujeitos a qualquer prazo de prescrição.

Os saldos registrados até 30 de setembro de 2013, de créditos de prejuízos fiscais – imposto de renda e base negativa de contribuição social diferidos, estão suportados por projeções financeiras preparadas pela Administração da Companhia e revisadas, para os próximos 10 anos, conforme recomendado pelo Poder Concedente e determinado pela CVM, que demonstram, de forma consistente, a realização dos saldos de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças intertemporais.

As projeções e a correspondente realização dos créditos consideram o prazo limite de cada concessão. Para as concessões vincendas até 2015, o prazo considerado encerra-se com o prazo da concessão. Para as demais concessões o prazo é limitado a 10 anos.

As projeções adotam como premissas básicas de faturamento a quantidade física de energia (MWh) e preços contratados com distribuidoras através de leilões de energia (realizados de 2004 a 2006), com início de atendimento/faturamento de 2009 a 2016, de 2009 a 2038 e de 2010 a 2039 (Nota 1.2); contratos de compra e venda de energia com pequenas distribuidoras; de fornecimento de energia a consumidores livres com prazos de atendimento/fornecimento até 2022; a manutenção do nível de despesas operacionais e consideram a redução de despesas financeiras, que comprovam a obtenção de lucros tributáveis futuros.

Não foram preparadas projeções para períodos superiores a 10 anos, dada a subjetividade e incerteza atreladas às concessões.

Composição dos saldos:

	LÍQUIDO (PASSIVO)	
	30.09.2013	31.12.2012
Imposto de renda		
Prejuízos fiscais registrados (a)	488.226	603.680
Prejuízos fiscais (não registrados).....	480.071	480.131
Diferenças intertemporais (não registradas).....	1.166.693	1.115.451
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(534.174)	(586.625)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ...	(115.436)	(153.366)
	<u>1.485.380</u>	<u>1.459.271</u>
Contribuição social		
Base negativa registrada (a)	182.354	224.781
Base negativa (não registrada).....	115.051	115.051
Diferenças intertemporais (não registradas).....	419.838	401.562
Ajuste do imobilizado - custo atribuído (ICPC 10) (b)	(192.302)	(211.185)
Variações cambiais líquidas s/ empréstimos e financiamentos (b) ...	(41.558)	(55.212)
	<u>483.383</u>	<u>474.997</u>
Provisão sobre créditos tributários não registrados	<u>(2.181.653)</u>	<u>(2.112.195)</u>
	(212.890)	(177.927)

Notas Explicativas

- (a) Até setembro de 2013, foi realizado o valor de R\$ 157.881, sendo compensado com impostos correntes; e apropriado a débito do resultado, o valor de R\$ 115.454, referente a prejuízo fiscal, e R\$ 42.427 de base negativa (Nota 27).
- (b) A realização do passivo diferido refere-se principalmente ao Ajuste de avaliação patrimonial no valor de R\$ 71.334 e liquidação de empréstimos no valor de R\$ 51.584.

Desde o exercício de 2003, a Companhia adota o regime de caixa para tributação das variações cambiais auferidas. Como consequência, o imposto de renda e a contribuição social diferidos foram registrados no passivo, às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente, sobre as diferenças intertemporais tributáveis, representadas pelas referidas variações cambiais ainda não realizadas sobre empréstimos e financiamentos não liquidados (Nota 27).

O imposto de renda (R\$ 488.226) e a contribuição social (R\$ 182.354) diferidos, totalizando R\$ 670.580, deverão ser realizados no período de até 10 anos, como demonstrado a seguir:

Exercício	Exercícios							Total
	2013	2014	2015	2016	2017	2018 à 2020	2021 e 2022	
Parcela Estimada de Realização	112.052	142.453	254.211	29.216	24.607	69.331	38.710	670.580

As estimativas de realização dos créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e provisões temporariamente não dedutíveis (do quadro acima) estão respaldadas nas projeções de lucros fiscais tributáveis da Companhia, que são revisadas periodicamente e aprovadas pelos órgãos da Administração. Essas projeções baseiam-se em premissas e o resultado final realizado pode divergir do projetado.

18 ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA A EMPREGADOS

	30.09.2013			31.12.2012
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
- Contrato de Benefício Suplementar				
Proporcional Saldado - BPS (Nota 18.2.1)..	10.874	34.434	45.308	50.764
- Contrato de Dívida - outros (Nota 18.2.2).....	21.586	68.355	89.941	101.425
- Ajuste CPC 33/IAS 19.....	-	154.681	154.681	154.681
	32.460	257.470	289.930	306.870

18.1 Planos de Benefícios

A CESP patrocina planos de benefícios de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários, com o objetivo de suplementar os benefícios fornecidos pelo sistema oficial da previdência social. A Fundação CESP é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela CESP.

A CESP, através de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido, e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Adicionalmente aos benefícios do plano, a CESP oferece aos seus empregados outros benefícios como assistência médica e odontológica.

O custeio do plano para o benefício definido é paritário entre a Companhia e os empregados. O custeio da parcela estabelecida como contribuição definida é paritário entre a Companhia e os empregados baseado em percentual escolhido livremente pelo participante até o limite de 2,5%. As taxas de custeio são reavaliadas, periodicamente, por atuário independente.

O Benefício Suplementar Proporcional Saldado/BSPS é garantido aos empregados participantes do plano de suplementação que aderiram ao novo modelo implementado a partir de 1º de janeiro de 1998, e vierem a se desligar, mesmo sem estarem aposentados. Esse benefício assegura o valor proporcional da suplementação relativo ao período do serviço anterior à data da reformulação do novo plano de suplementação. O benefício será pago a partir da data em que o participante completar as carências mínimas previstas no regulamento do novo plano.

Notas Explicativas

18.2 Equacionamento financeiro dos planos de benefícios com a Fundação CESP

Para equacionar e garantir o fluxo de caixa entre a CESP e a Fundação CESP, parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes (BSPS e plano de benefício definido) está representada por instrumentos jurídicos formalizados pela Companhia em 1997, com interveniência da Secretaria Nacional de Previdência Complementar (SPC) na forma de contratos de mútuos e contrato de ajuste de reservas a amortizar, que possuem cláusula variável, conforme segue:

18.2.1 Contrato de Benefício Suplementar Proporcional Saldado

Refere-se a saldo de contrato de ajuste das reservas matemáticas para a cobertura de déficit técnico atuarial existente com a Fundação CESP até 31 de outubro de 1997, relativo ao “benefício suplementar proporcional saldado”. O contrato original previa amortização em 240 parcelas mensais, desde 31 de dezembro de 1997 e atualização pela variação do IGP-DI, acrescido de juros de 6% a.a. ou o custo atuarial, dos dois o maior.

Anualmente, ao final de cada exercício, o superávit ou déficit apurado na avaliação atuarial é integrado ou deduzido do saldo do contrato e as parcelas de amortizações futuras são recalculadas com base no novo saldo do contrato.

18.2.2 Contrato de Dívida

Refere-se a saldo de contrato de confissão de dívida de liquidação de retenção de reservas com início em 31 de dezembro de 1997, que previa amortização em 96 parcelas mensais e atualização pela variação da TR e juros de 8% a.a. Ao final de cada exercício contábil da Fundação, compara-se o resultado obtido com o custo atuarial (IGP-DI + 6% a.a.), prevalecendo aquele que apresentar o maior resultado.

Em 28 de abril de 2004, ambos os contratos foram repactuados entre as partes, com carência de 24 meses para pagamento do principal e amortização em 143 parcelas mensais e sucessivas, a partir de janeiro de 2006, com vencimento final em 30 de novembro de 2017.

Conforme mencionado acima, esses contratos possuem cláusula variável de reajuste anual de acordo com o custo atuarial, portanto, representam, na essência, garantias para o equacionamento financeiro do plano de benefícios. Em virtude desse fato, o passivo da CESP é registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19.

Em 31 de dezembro de 2012, a diferença entre os saldos apresentados desses contratos e o valor do passivo, registrado de acordo com o CPC 33/IAS 19 é decorrente da diferença de metodologias utilizadas entre a CESP e a Fundação CESP para avaliar a situação financeira dos planos de benefícios, e que são ajustadas anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais ao longo do tempo (maturação do plano).

Na essência, os contratos de dívida são considerados garantia para equacionamento do fluxo de caixa entre a Companhia e a Fundação CESP.

18.2.3 Movimentação

	<u>30.09.2013</u>	<u>30.09.2012</u>
Saldo inicial.....	306.870	5.547
(Receita) / despesa do período	(6.752)	(2.066)
Contribuições pagas.....	(27.293)	(30.306)
(Ganhos) / perdas atuariais.....	17.105	26.825
Saldo final.....	<u>289.930</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas**19 TAXAS REGULAMENTARES / ENCARGOS DO SISTEMA DE TRANSMISSÃO**

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Quota Mensal	49.645	6.827
- Diferença de Quotas - 2011 (a)	-	2.125
- Diferença de Quotas - 2010 (b)	-	432
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos ...	30.464	33.435
Taxa de Fiscalização - ANEEL	1.242	1.190
Quotas para P&D - FNDCT (c).....	2.260	2.086
Quotas para P&D - EPE (c).....	1.130	1.043
Encargos de Uso da Rede Elétrica - CUSD/CUST (d).....	40.711	39.183
Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição - TUSDg (e).....	671	1.090
	<u>126.123</u>	<u>87.411</u>
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR:		
- Diferença de Quotas - 2012 (f).....	18.399	18.399
	<u>144.522</u>	<u>105.810</u>

- (a) Diferença de quota RGR 2011, reclassificado para quota mensal conforme despacho ANEEL 3039, de 3 de setembro de 2013.
- (b) Diferença de quota RGR 2010 para pagamento em 12 parcelas, conforme despacho ANEEL nº 504, de 10 de fevereiro de 2012.
- (c) Referem-se às quotas provisionadas do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D a serem recolhidas para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT e para a Empresa de Pesquisa Energética – EPE, em cumprimento à Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.
- (d) Refere-se aos encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição – CUST/CUSD, conforme Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1398, de 17 de dezembro de 2012 e nº 1555 de 27 de junho de 2013, atualizada anualmente.
- (e) Parcelamento relativo à tarifa de uso do sistema de distribuição/TUSDg, devida no período de julho de 2004 a dezembro de 2007, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL nº 497, de 26 de junho de 2007, de acordo com a Resolução Homologatória ANEEL nº 547, de 11 de dezembro de 2007 e complementada pelo Ofício Circular nº 176 – SRT/ANEEL, de 3 de outubro de 2007 e Resolução Homologatória ANEEL nº 600, de 18 de dezembro de 2007.
- (f) Diferença de quota RGR 2012, cuja forma de pagamento será definida pela ANEEL em junho/2014.

20 PROVISÃO PARA RISCOS LEGAIS

A Companhia possui processos judiciais, perante diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista, tributária, cível e ambiental. A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais, constituiu provisões para aquelas que são consideradas prováveis.

Composição:

	<u>31.12.2012</u>	<u>Movimentação</u>		<u>30.09.2013</u>
	<u>Saldo</u>	<u>Provisão / (Reversão)</u>	<u>(-) Pagamentos</u>	<u>Saldo</u>
Trabalhistas				
Ações diversas	191.429	48.301	(18.649)	221.081
Cíveis				
Ações diversas	20.202	1.571	(261)	21.512
Tributárias				
Ações diversas	1.232	(174)	(5)	1.053
Indenizações				
Ações e riscos ambientais.....	493.750	25.415	(7.045)	512.120
Ações cíveis.....	742.770	111.041	(2.229)	851.582
Desapropriações				
Ações de desapropriações - Usinas CESP.....	200.971	9.295	(2.043)	208.223
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	291.119	45.198	(6.525)	329.792
Soma Indenizações e Desapropriações	<u>1.728.610</u>	<u>190.949</u>	<u>(17.842)</u>	<u>1.901.717</u>
TOTAL	<u>1.941.473</u>	<u>240.647</u>	<u>(36.757)</u>	<u>2.145.363</u>

Notas Explicativas

	31.12.2011	Movimentação			30.09.2012
	Saldo	Provisão / (Reversão)	(-) Pagamentos	Transferências	Saldo
Trabalhistas					
Ações diversas	170.970	21.333	(9.023)	-	183.280
Cíveis					
Ações diversas	22.109	1.202	(103)	(3.738)	19.470
Tributárias					
Ações diversas	27.392	301	(1.772)	-	25.921
Indenizações					
Ações e riscos ambientais	385.755	61.552	(2.963)	49.639	493.983
Ações cíveis	844.695	(71.475)	(4.637)	(45.901)	722.682
Desapropriações e indenizações					
Ações de desapropriações - Usinas CESP	142.029	42.079	(124)	-	183.984
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	226.876	60.526	(4.932)	-	282.470
	1.599.355	92.682	(12.656)	3.738	1.683.119
TOTAL	1.819.826	115.518	(23.554)	-	1.911.790

Os riscos legais, nas suas diferentes espécies, foram avaliados e classificados segundo a probabilidade de risco econômico-financeiro para a Companhia, como demonstrado a seguir:

Espécie	2013			
	Expectativa de Perda			Total
	Provável	Possível	Remota	
Ações trabalhistas	221.081	104.608	132.898	458.587
Ações cíveis diversas	21.512	152.562	3.707	177.781
Ações tributárias	1.053	34.111	7.659	42.823
Ações e riscos ambientais	512.120	1.058.359	1.231.649	2.802.128
Ações cíveis	851.582	2.090.429	1.741.531	4.683.542
Ações de desapropriações - Usinas CESP	208.223	772.052	56.047	1.036.322
Ações de desapropriações - empresas cindidas...	329.792	1.177	662	331.631
	2.145.363	4.213.298	3.174.153	9.532.814

Em 30 de setembro de 2013, o valor total pleiteado pelos demandantes nas diversas ações é de R\$ 9.532.814. Nesta mesma data, a provisão total para os riscos judiciais com expectativa de perda provável é de R\$ 2.145.363, sendo que a Companhia possui depósitos judiciais em garantia de processos no montante de R\$ 513.924 (R\$ 522.535 em 31 de dezembro de 2012), referente a ações cíveis, trabalhistas, tributárias e ambientais (Nota 10) e R\$ 100.287 (imobilizado em curso – Nota 11).

A Administração da Companhia, embasada em pareceres de seus assessores legais, entende não haver riscos significativos futuros que não estejam cobertos por provisões suficientes em suas informações trimestrais ou que possam resultar em impacto significativo no seu fluxo de caixa.

As principais ações encontram-se descritas resumidamente a seguir:

20.1 Reclamações Trabalhistas

Em 30 de setembro de 2013, as reclamações trabalhistas movidas contra a CESP montavam a R\$ 458.587. A CESP mantém provisões registradas para enfrentar eventuais obrigações no montante de R\$ 221.081 representadas por 617 ações judiciais. A Companhia mantém depósitos judiciais em garantia de processos, da ordem de R\$ 40.347.

A CESP é ré em 33 processos, cujo risco de perda é avaliado como provável, relacionados à insalubridade/periculosidade, que totalizam R\$ 94.699. O restante dos processos refere-se a diversas ações cuja totalidade é de R\$ 126.383 associados a 584 ações judiciais.

Os processos trabalhistas com expectativa de perda possível totalizam R\$ 104.608 correspondentes a 892 processos, sendo 26 destes relacionados à Lei Estadual nº. 4.819/58 que tratam de ações cujos reclamantes pleiteiam principalmente: (i) transferência da folha de pagamento diretamente da Fazenda do Estado de São Paulo; (ii) diferença de complementação de aposentadoria; (iii) devolução do desconto de PSAP; (iv) devolução do desconto previdenciário (11%) decorrente da EC nº. 20/98, no montante de R\$ 29.365. O valor remanescente, de R\$ 75.243, corresponde a 866 processos.

Notas Explicativas

20.2 Ações Cíveis Diversas

20.2.1 Portarias do antigo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica – DNAEE

A CESP está envolvida em ações propostas por consumidores industriais objetivando a restituição dos valores pretensamente pagos a maior a título de tarifa de energia elétrica, durante o ano de 1986. Esses valores decorrem da majoração das alíquotas promovidas pelas Portarias Nº 38 e Nº 45, respectivamente de 28 de fevereiro e de 4 de março de 1986, do antigo DNAEE. As ações cujos riscos são avaliados como de perda prováveis e possíveis, em 30 de setembro de 2013, são R\$ 21.512 e R\$ 9.689 respectivamente.

20.2.2 Ação AES – Sul

Trata de ação declaratória com pedido de tutela antecipada movida pela AES Sul. Houve liminar autorizando a recontabilização de valores na CCEE em favor da AES Sul. CESP e demais agentes obtiveram liminar afastando recontabilização e liquidação determinadas pelo juízo e passaram a integrar a lide. A CESP já contestou a ação. A AES Sul pleiteia o direito de não optar pelo alívio, o que permite a liquidação na CCEE em seu favor, sendo a parte da CESP de aproximadamente R\$ 142.873, cujo risco de perda é avaliado como possível.

20.3 Ações Tributárias

A CESP está envolvida em ações judiciais tributárias no montante estimado de R\$ 42.823, composto por R\$ 1.053 com expectativa de perda considerada provável, referente a 6 processos judiciais e com depósitos em garantia no montante de R\$ 17.292 (R\$ 30.424 em 31 de dezembro de 2012). Outras 97 ações, classificadas como de perda possível, totalizam R\$ 34.111.

20.4 Ações Ambientais

A CESP responde a ações ambientais que têm por objeto, a implantação de escada de peixe, mata ciliar, unidade de conservação, proteção de encostas, reserva legal, lençol freático e indenização por perdas econômicas e danos à ictiofauna.

A estimativa da soma das ações, com risco de perda avaliado como provável e possível, alcança R\$ 1.570.479 conforme abaixo:

	<u>PROVÁVEL</u>	<u>POSSÍVEL</u>	<u>TOTAL</u>
Proteção de encosta.....	154.282	380.390	534.672
Descumprimento de acordo.....	167.358	385.538	552.896
Parques.....	156.438	-	156.438
Lençol freático.....	-	271.293	271.293
Outros.....	34.042	21.138	55.180
	<u>512.120</u>	<u>1.058.359</u>	<u>1.570.479</u>

A Companhia mantém registrado o valor de R\$ 295.649 (R\$ 303.272 em 31.12.2012) em depósitos judiciais referentes a processos ambientais (Nota 10).

20.5 Ações Cíveis – Usinas CESP

20.5.1 Ações de Pescadores

Existem ações em curso contra a CESP intentadas por pescadores da região da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta (Porto Primavera), que pleiteiam indenização por perdas e danos decorrentes do enchimento do reservatório da referida usina até o limite de 257 metros acima do nível do mar. O montante total das ações cujo risco de perda é avaliado como provável e possível, em 30 de setembro de 2013, é de R\$ 141.874 e R\$ 446.010 respectivamente, para 232 processos. Considerando a análise do mérito desses pedidos de indenização por parte de seus assessores jurídicos, análise do estágio dos processos e das decisões já proferidas na esfera judicial, que na maioria dos casos têm sido favoráveis à Companhia, as quais indicam que os valores a serem pagos, quando assim decidido judicialmente são substancialmente inferiores aos pretendidos pelos demandantes.

Notas Explicativas

20.5.2 Ações de Oleiros Ceramistas

Trata-se de ações propostas por oleiros ceramistas impactados quando da formação da Usina Hidrelétrica Engenheiro Sérgio Motta. São 121 ações envolvendo o valor de R\$ 177.333 com avaliação de risco de perda provável e R\$ 338.600 com risco de perda possível em 30 de setembro de 2013. Os pedidos formulados são diversos, destacando-se, entre eles, o pedido de prorrogação do prazo de 8 anos estabelecido nos compromissos firmados entre a CESP e os impactados como tempo para manutenção da atividade de oleiro ceramista.

20.5.3 Ações de Inadimplemento Contratual e Outros

Existem 58 ações em curso contra a CESP que pleiteiam indenização por inadimplemento contratual e outros assuntos relacionados às usinas integrantes do seu parque gerador, sendo constituída provisão de R\$ 483.339 e R\$ 49.036 respectivamente. Existem ainda outras 7 ações de inadimplemento contratual consideradas possíveis que totalizam R\$ 1.167.573 e outros 189 processos no montante de R\$ 138.246.

20.6 Ações de Desapropriações – Usina CESP

Estão constituídas provisões no montante de R\$ 208.223 para 90 ações de desapropriações envolvendo a formação dos reservatórios de suas usinas, com risco de perda avaliado como provável pelos assessores jurídicos da CESP. As ações de desapropriações com expectativa de perda possível totalizam R\$ 772.052 referentes a 8 processos judiciais.

20.7 Ações Cíveis/Desapropriações – Empresas Cindidas

Diversas ações estão em curso, nas quais se discute o valor da indenização a ser paga pela Companhia, em virtude da desapropriação de imóveis situados nas áreas das usinas, envolvendo obrigações e questões judiciais de empreendimentos das empresas de geração AES Tietê, Duke Energy e a CTEEP – Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (cindidas da CESP), cuja responsabilidade pelo pagamento das ações existentes até 31 de março de 1999 é da CESP.

Em 30 de setembro de 2013, o valor pretendido pelos expropriados correspondente a todas essas ações é de aproximadamente R\$ 331.631. A CESP mantém registrada provisão de R\$ 329.792 para as obrigações referentes às empresas decorrentes dos processos de cisão parcial, com expectativa de perda provável.

21 OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

21.1 Obrigações Socioambientais

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	19.634	24.163
	<u>19.634</u>	<u>24.163</u>
Não Circulante		
Termo de ajustamento de conduta - TAC (a)	-	16.429
Reflorestamento (b)	107.000	107.000
Compromissos ambientais - Licenciamento.....	104.712	104.712
	<u>211.712</u>	<u>228.141</u>
	<u>231.346</u>	<u>252.304</u>

(a) Refere-se a Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, parcelado em 60 meses, com pagamento iniciado em setembro de 2009 e término para agosto de 2014.

(b) Refere-se à aquisição de áreas e projetos de reflorestamento no Parque Rio do Peixe, Ivinhema e Porto Primavera.

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos está representada por:

	31.12.2012	Provisão (nota 25)	Atualização (nota 26)	(-) Pagamentos	(+/-) Transferência	30.09.2013
Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.163	-	997	(21.955)	16.429	19.634
Não Circulante						
Termo de Ajustamento de Conduta.....	16.429	-	-	-	(16.429)	-
Reflorestamento.....	107.000	-	-	-	-	107.000
Compromissos ambientais - Licenciamento..	104.712	-	-	-	-	104.712
	228.141	-	-	-	(16.429)	211.712
	252.304	-	997	(21.955)	-	231.346
Circulante	31.12.2011	Provisão (Nota 25)	Atualização (Nota 26)	(-) Pagamentos	(+/-) Transferência	30.09.2012
Termo de ajustamento de conduta - TAC	24.145	-	1.658	(20.853)	19.114	24.064
Não Circulante						
Termo de ajustamento de conduta - TAC	41.853	-	-	-	(19.114)	22.739
Reflorestamento	104.593	-	-	-	-	104.593
Compromissos ambientais - Licenciamento..	74.485	-	-	-	-	74.485
	220.931	-	-	-	(19.114)	201.817
	245.076	-	1.658	(20.853)	-	225.881

21.2 Outras Obrigações

	30.09.2013	31.12.2012
Circulante		
Antecipação de Recebíveis - Consumidores Livres (a)	-	5.813
Fundação CESP (b)	13.019	13.331
P & D - Projetos (c)	93.342	97.592
Parcelamento de Ações de Desapropriações (d)	442	519
Outros.....	3.606	3.563
	110.409	120.818
Não Circulante		
Reserva Global de Reversão - RGR (reversão/amortização)...	15.481	15.481
Outros.....	1.811	-
	17.292	15.481
	127.701	136.299

- (a) Saldos de contratos firmados com consumidores livres em 2005 e 2006, os quais foram amortizados mensalmente com recebíveis de fornecimento de energia.
- (b) Saldo de prestação de contas com a entidade de previdência e inclui principalmente contingência previdenciária com o INSS, com avaliação de risco de perda provável.
- (c) Recursos a serem aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento/P&D, atualizados pela SELIC.
- (d) Refere-se a acordo judicial, para parcelamento de processos de desapropriações de usinas de empresas cindidas (Duke Energy), celebrado em 28.05.2010, para pagamento em 24 parcelas com atualização pela variação do IPC-FIPE e acrescido de juros de 0,5% a.m.

22 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A remuneração da Administração da Companhia no terceiro trimestre de 2013 foi de R\$ 516 (R\$ 469 em 2012), estando esse valor relacionado às remunerações fixa e variável no montante de R\$ 418 (R\$ 379 em 2012) e encargos sociais no valor de R\$ 98 (R\$ 90 em 2012).

Notas Explicativas

As transações com partes relacionadas estão substancialmente representadas pelas seguintes operações:

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2013				Acumulado em
			Ativo		Passivo		30.09.2013
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Resultado Receita/ (despesa)
CPTM (a)		Venda de energia	3.802	-	-	-	33.129
DAEE	9	Cessão de créditos	-	-	-	-	1.689
Órgãos do Estado de SP (b)	9	Cessão de empregados	26.677	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	98	-	(882)
Eletrobrás	12	Empréstimos	-	-	5.211	26.652	(1.304)
Eletrobrás	14	Valores a pagar	-	-	-	-	(4.969)
Fundação CESP	18	Entidade de previdência	-	-	32.460	257.470	(10.353)

Empresas	Nota	Natureza da operação	Saldo em 30.09.2012				Acumulado em
			Ativo		Passivo		30.09.2012
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante	Resultado Receita/ (despesa)
SABESP (a)		Venda de energia	9.317	-	-	-	85.396
METRÔ (a)		Venda de energia	5.002	-	-	-	46.615
CPTM (a)		Venda de energia	5.366	-	-	-	31.963
DAEE	9	Cessão de créditos	24.607	2.734	-	-	2.612
Órgãos do Estado de SP (b)	9	Cessão de empregados	17.885	-	-	-	-
EMAE (c)		Aluguel	-	-	88	-	(793)
Eletrobrás	12	Empréstimos	-	-	5.215	31.852	(1.850)
Eletrobrás	14	Valores a pagar	-	-	44.994	86.358	(19.130)
Fundação CESP	18	Entidade de previdência	-	-	-	-	(24.759)

- (a) Termos de aditamentos celebrados com as empresas, Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo – SABESP, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ e Companhia Paulista de Trens Metropolitanos – CPTM (controladas pelo Governo do Estado), para fornecimento de energia elétrica, na categoria de consumidores livres, nos termos do mercado livre, determinados pelos agentes reguladores do setor elétrico, a preços de mercado, obtidos em oferta pública.
- (b) Cessão de empregados, mediante ressarcimento, à Secretaria de Energia, Transportes, DAEE e outros órgãos da Administração do Estado de São Paulo.
- (c) Contrato de locação de imóvel (edificações) de propriedade da EMAE – Empresa Metropolitana de Águas e Energia S/A (empresa do acionista controlador), que a Companhia utiliza para sua sede e seus escritórios administrativos, com o aluguel mensal atualizado de R\$ 88.

23 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

23.1 Capital Social

O capital social integralizado de R\$ 5.975.433 está dividido em 109.167.558 ações ordinárias, 7.702.726 ações preferenciais classe A e 210.632.389 ações preferenciais classe B. O capital social pode ser aumentado, conforme Estatuto social, até o limite máximo de R\$ 17.926.300, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

Os principais acionistas da Companhia, em 30 de setembro de 2013, são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitan de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	5.500	-	7.675	0,01
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.933.769</u>	<u>13,74</u>	<u>132.972.643</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Credit Suisse Securities (Europe).....	-	-	-	-	12.475.517	5,92	12.475.517	3,81
UBS AG London Branch.....	-	-	-	-	25.841.277	12,27	25.841.277	7,89
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,24
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - ELETRORÁS.....	37.633	0,03	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London.....	-	-	-	-	31.311.840	14,87	31.311.840	9,56
The Bank of New York - ADR Department.....	31.431	0,03	173.947	2,26	-	-	205.378	0,06
Pessoas Físicas.....	2.724.183	2,50	751.545	9,76	3.699.144	1,76	7.174.872	2,19
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.328.719	2,13	82.957	1,08	97.780.927	46,42	100.192.603	30,59
Outros.....	6.718	0,01	29.751	0,38	-	-	36.469	0,01
	<u>5.128.684</u>	<u>4,70</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>181.698.620</u>	<u>86,26</u>	<u>194.530.030</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil	<u>1.991.811</u>		<u>140.539</u>		<u>3.843.083</u>		<u>5.975.433</u>	

23.2 Direitos das Ações

(a) As ações preferenciais classe A têm as seguintes características:

- A prioridade no reembolso do capital, sem direito a prêmio no caso de liquidação da Companhia;
- Dividendo prioritário anual, não cumulativo, de 10% (dez por cento), calculado sobre o valor do capital social integralizado representado por ações preferenciais classe A, a ser rateado igualmente entre estas;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe B, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos pelos titulares das ações, em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital, decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe B;
- Não terão direito a voto e serão irresgatáveis; e
- Às ações preferenciais classe A, é conferido o direito previsto no artigo 111, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76.

(b) As ações preferenciais classe B têm as seguintes características:

- Direito ao recebimento de um valor por ação correspondente a 100% (cem por cento) do valor pago por ação ao acionista controlador alienante na hipótese de alienação do controle da Companhia;
- Direito de participar em igualdade de condições com as ações ordinárias da distribuição do dividendo obrigatório atribuído a tais ações nos termos do Estatuto Social;
- Direito de indicar, juntamente com as ações preferenciais classe A, um membro do Conselho Fiscal e respectivo suplente, escolhidos em votação em separado;
- Direito de participar dos aumentos de capital decorrentes da capitalização de reservas e lucros, em igualdade de condições com as ações ordinárias e as ações preferenciais classe A;
- Não terão direito a voto e não adquirirão esse direito mesmo na hipótese de não pagamento de dividendos; e
- Serão irresgatáveis.

(c) Cada ação ordinária nominativa tem direito a 1 (um) voto nas deliberações das Assembleias Gerais.

(d) Conforme disposto no artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, os acionistas, observadas as disposições legais e as condições previstas, poderão converter (I) ações preferenciais classe A em ações ordinárias e em ações preferenciais classe B e (II) ações ordinárias em ações preferenciais classe A e em ações preferenciais classe B, em ambos os casos, desde que integralizadas. As ações preferenciais classe B da Companhia são inconvertíveis.

Notas Explicativas

23.3 Reservas de Capital

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Remuneração das Imobilizações em Curso - Capital Próprio	<u>1.929.098</u>	<u>1.929.098</u>

Saldo remanescente de créditos resultantes da capitalização da remuneração sobre recursos próprios utilizados durante a construção do ativo imobilizado, calculada até 31 de dezembro de 1998, aplicada às obras em andamento.

23.4 Ajuste de Avaliação Patrimonial

De acordo com o ICPC 10, em 01/01/2009 o efeito do aumento do ativo imobilizado pela adoção do custo atribuído (Nota 11.4), líquido do imposto de renda e da contribuição social diferida, foi registrado no patrimônio líquido, na conta de "Ajuste de avaliação patrimonial". A realização é contabilizada na conta "Lucros acumulados" na medida em que a depreciação e baixa do ajuste a valor justo do imobilizado é reconhecida no resultado.

	Imobilizado R\$	Impostos diferidos Passivo R\$	Patrimônio Líquido R\$
Saldo inicial em 31.12.2012....	2.346.500	(797.810)	1.548.690
Realização no período.....	(209.806)	71.334	(138.472)
Saldo final em 30.09.2013.....	<u>2.136.694</u>	<u>(726.476)</u>	<u>1.410.218</u>

23.5 Reservas de Lucros

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Reserva legal.....	55.616	55.616
Reserva de lucros a realizar (*)	371.100	371.100
	<u>426.716</u>	<u>426.716</u>

(*) Na Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2010, foi aprovada a proposta de constituição da Reserva de lucros a realizar.

O Lucro Líquido do exercício de 2009, de R\$ 763 milhões, foi fortemente influenciado pelo resultado financeiro positivo de receitas de variações cambiais no montante de R\$ 665 milhões. Deste lucro, a parcela de R\$ 580 milhões referia-se a variações cambiais não realizadas financeiramente, devido à existência de passivos de longo prazo. O reconhecimento dessa receita não implicou em ingresso de caixa e constituiu-se em resultado não realizado. A realização ocorrerá somente por ocasião do pagamento das parcelas de principal dos empréstimos e financiamentos a cada exercício (Nota 12.5).

A Reserva de lucros a realizar foi constituída com base no Parecer de Orientação CVM nº 13/1987 e a Circular CVM/SNC/SEP nº 1/2006, e Inciso II, do artigo 197 da Lei nº 6.404/76, referente às parcelas de variações cambiais a se realizarem até 2019.

Esta reserva, se não absorvida por prejuízos, será realizada de acordo com o cronograma abaixo, pelo valor das parcelas em cada ano de realização, as quais integrarão a base de dividendos das propostas de destinação de resultados aos acionistas, nos respectivos exercícios sociais, em conformidade com o inciso III, do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Composição das parcelas a realizar:

Exercícios	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	Total
Parcelas a Realizar	170.216	33.404	27.955	31.097	34.593	38.482	35.353	371.100

Notas Explicativas

24 RECEITA

24.1 Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR's e Atualização de Preços

A CESP mantém contratos com 32 distribuidoras para o suprimento de energia, em decorrência dos leilões realizados (Nota 1.2). Esses contratos tem cláusula de atualização de preços com base na variação do IPCA, aplicada nas datas de reajustes das distribuidoras com a ANEEL, conforme segue:

Reajustes em 2013		Produtos						2010 a 2039	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038			
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	103,55	117,69	123,17	135,11	176,38	166,24	6,15	
Ampla	Março	104,18	118,39	123,91	135,92	177,44	167,23	6,31	
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce,	Abril	104,67	118,95	124,50	136,56	178,27	168,02	6,59	
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maió	105,24	119,60	125,18	137,31	179,25	168,95	6,49	
Cataguazes e Copel	Junho	105,63	120,04	125,64	137,82	179,92	169,57	6,50	
Celtins e Eletropaulo	Julho	105,90	120,36	125,97	138,18	180,38	170,01	6,70	
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	105,94	120,39	126,01	138,22	180,44	170,06	6,87	
Celg	Setembro	106,19	120,68	126,31	138,55	180,87	170,47	7,23	

Reajustes em 2012		Produtos					2010 a 2039	(% de Reajuste no ano)
Concessionárias	Mês do Reajuste	2006 a 2013	2007 a 2014	2008 a 2015	2009 a 2016	2009 a 2038		
Santa Cruz e Celb	Fevereiro	97,55	110,86	116,03	127,28	166,15	156,60	6,22
Ampla	Março	97,99	111,36	116,56	-	166,90	157,30	5,85
Enersul, Cemat, CPFL, Cemig, AES Sul, Coelba, Cosern, Coelce,	Abril	98,20	111,60	116,80	128,12	167,25	157,63	5,24
Nacional, Caiuá, Vale Paranapanema e Bragantina	Maió	98,82	112,31	117,55	-	168,32	158,64	5,10
Cataguazes e Copel	Junho	99,18	112,71	117,97	-	-	159,21	4,99
Celtins e Eletropaulo	Julho	99,26	112,80	118,06	129,51	169,06	159,34	4,92
Celesc, Celpa, Escelsa-D, Ceb, Elektro, Ceal, Cepisa, Cemar e Saelpa	Agosto	99,69	113,29	118,57	130,07	169,79	160,03	5,20
Celg	Setembro	100,09	113,75	119,06	130,60	170,49	160,68	5,24

Notas Explicativas

24.2 Energia Vendida

Nos quadros a seguir é apresentada a energia vendida no período, bem como um resumo da energia vendida por classe de consumo e por ambiente de comercialização:

Energia Vendida no 3º Trimestre	MWh (*)		R\$ Mil	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento (1)				
Industrial.....	2.006.266	1.721.345	235.198	178.484
Serviço Público.....	89.543	474.174	11.303	54.726
	<u>2.095.809</u>	<u>2.195.519</u>	<u>246.501</u>	<u>233.210</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores (2)	1.574.629	956.249	215.122	106.333
Contratos de Compra de Energia - CCEs (3)	-	170.322	-	18.622
	<u>1.574.629</u>	<u>1.126.571</u>	<u>215.122</u>	<u>124.955</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012.....	-	1.368.490	-	121.511
Produto 2 CCEAR 2006-2013.....	2.307.186	2.003.726	239.097	195.859
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	39.514	37.531	4.622	4.143
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	316.778	294.789	39.093	34.254
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	209.552	180.471	28.359	23.014
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	173.757	176.991	30.692	29.452
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	316.920	324.248	52.832	50.906
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	53.069	705.988	6.793	69.939
	<u>3.416.776</u>	<u>5.092.234</u>	<u>401.488</u>	<u>529.078</u>
	<u>4.991.405</u>	<u>6.218.805</u>	<u>616.610</u>	<u>654.033</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	362.990	402.983	62.202	41.661
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	769.601	1.485.685	9.642	13.770
	<u>1.132.591</u>	<u>1.888.668</u>	<u>71.844</u>	<u>55.431</u>
Total.....	<u>8.219.805</u>	<u>10.302.992</u>	<u>934.955</u>	<u>942.674</u>

Notas Explicativas

Energia Vendida Acumulada até 30 de setembro	MWh (*)		R\$ Mil	
	2013	2012	2013	2012
Fornecimento (1)				
Industrial.....	5.922.193	4.959.902	696.347	516.827
Serviço Público.....	263.493	1.423.506	33.129	163.975
	<u>6.185.686</u>	<u>6.383.408</u>	<u>729.476</u>	<u>680.802</u>
Suprimento				
Contratos				
Agentes Comercializadores (2)	4.890.404	2.405.756	672.622	252.729
Contratos de Compra de Energia - CCEs (3)	-	496.032	-	54.026
	<u>4.890.404</u>	<u>2.901.788</u>	<u>672.622</u>	<u>306.755</u>
Leilões de Energia (4)				
Produto 1 CCEAR 2005-2012.....	-	4.112.038	-	358.446
Produto 2 CCEAR 2006-2013.....	7.063.078	6.093.007	715.310	585.063
Produto 3 CCEAR 2007-2014.....	118.519	112.088	13.623	12.205
Produto 4 CCEAR 2008-2015.....	966.736	900.451	116.631	102.795
Produto 5 CCEAR 2009-2016.....	653.762	571.244	86.358	71.432
Produto 6 CCENV 2009-2038.....	533.250	534.229	92.122	87.322
Produto 7 CCENV 2010-2039.....	963.724	964.614	156.930	148.670
MCSD (Produtos 1, 2, 3, 4 e 5).....	165.497	2.009.858	20.729	195.741
	<u>10.464.566</u>	<u>15.297.529</u>	<u>1.201.703</u>	<u>1.561.674</u>
	<u>15.354.970</u>	<u>18.199.317</u>	<u>1.874.325</u>	<u>1.868.429</u>
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (5)				
Energia de Curto Prazo - PLD.....	2.185.014	3.241.735	658.517	297.742
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.070.495	3.537.541	10.852	33.147
	<u>3.255.509</u>	<u>6.779.276</u>	<u>669.369</u>	<u>330.889</u>
Total.....	<u>24.796.165</u>	<u>31.362.001</u>	<u>3.273.170</u>	<u>2.880.120</u>

(1) Refere-se a vendas de energia a consumidores livres, no Ambiente de Contratação Livre – ACL.

(2) Refere-se ao suprimento de energia as comercializadoras de energia elétrica no Ambiente de Contratação Livre - ACL.

(3) Contratos de compra e venda de energia, encerrados em dezembro de 2012.

(4) Refere-se ao suprimento de energia as concessionárias de distribuição de energia elétrica, através de Leilões de Energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Diferenças.

(5) Inclui os valores de faturamento de energia disponível (PLD e MRE) comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Resumo por Classe Consumo	Para os trimestres findos em 30 de setembro					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Fornecimento						
Industrial.....	2.006.266	1.721.345	235.198	178.484	117,23	103,69
Serviço Público.....	89.543	474.174	11.303	54.726	126,23	115,41
	<u>2.095.809</u>	<u>2.195.519</u>	<u>246.501</u>	<u>233.210</u>	<u>117,62</u>	<u>106,22</u>
Suprimento						
Leilões de Energia.....	3.416.776	5.092.234	401.488	529.078	117,50	103,90
Agentes Comercializadores.....	1.574.629	956.249	215.122	106.333	136,62	111,20
Contrato com Pequenas Distribuidoras.....	-	170.322	-	18.622	-	109,33
	<u>4.991.405</u>	<u>6.218.805</u>	<u>616.610</u>	<u>654.033</u>	<u>123,53</u>	<u>105,17</u>
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE						
Energia de Curto Prazo - PLD.....	362.990	402.983	62.202	41.661	171,36	103,38
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	769.601	1.485.685	9.642	13.770	12,53	9,27
	<u>1.132.591</u>	<u>1.888.668</u>	<u>71.844</u>	<u>55.431</u>	<u>63,43</u>	<u>29,35</u>
Total.....	<u>8.219.805</u>	<u>10.302.992</u>	<u>934.955</u>	<u>942.674</u>	<u>113,74</u>	<u>91,50</u>

Notas Explicativas

Resumo por Classe Consumo	Acumulado no Período até 30 de setembro					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Fornecimento						
Industrial.....	5.922.193	4.959.902	696.347	516.827	117,58	104,20
Serviço Público.....	263.493	1.423.506	33.129	163.975	125,73	115,19
	<u>6.185.686</u>	<u>6.383.408</u>	<u>729.476</u>	<u>680.802</u>	<u>117,93</u>	<u>106,65</u>
Suprimento						
Leilões de Energia.....	10.464.566	15.297.529	1.201.703	1.561.674	114,84	102,09
Agentes Comercializadores.....	4.890.404	2.405.756	672.622	252.729	137,54	105,05
Contrato com Pequenas Distribuidoras.....	-	496.032	-	54.026	-	108,92
	<u>15.354.970</u>	<u>18.199.317</u>	<u>1.874.325</u>	<u>1.868.429</u>	<u>122,07</u>	<u>102,66</u>
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE						
Energia de Curto Prazo - PLD.....	2.185.014	3.241.735	658.517	297.742	301,38	91,85
Mecanismo de Realocação de Energia - MRE.....	1.070.495	3.537.541	10.852	33.147	10,14	9,37
	<u>3.255.509</u>	<u>6.779.276</u>	<u>669.369</u>	<u>330.889</u>	<u>205,61</u>	<u>48,81</u>
Total.....	<u>24.796.165</u>	<u>31.362.001</u>	<u>3.273.170</u>	<u>2.880.120</u>	<u>132,00</u>	<u>91,83</u>

Resumo por Ambiente de Comercialização	Para os trimestres findos em 30 de setembro					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Mercado Livre						
Consumidores Livres	2.095.809	2.195.519	246.501	233.210	117,62	106,22
Agentes Comercializadores	1.574.629	956.249	215.122	106.333	136,62	111,20
	<u>3.670.438</u>	<u>3.151.768</u>	<u>461.623</u>	<u>339.543</u>	<u>125,77</u>	<u>107,73</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	3.416.776	5.262.556	401.488	547.700	117,50	104,07
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE.....	1.132.591	1.888.668	71.844	55.431	63,43	29,35
	<u>4.549.367</u>	<u>7.151.224</u>	<u>473.332</u>	<u>603.131</u>	<u>104,04</u>	<u>84,34</u>
Total.....	<u>8.219.805</u>	<u>10.302.992</u>	<u>934.955</u>	<u>942.674</u>	<u>113,74</u>	<u>91,50</u>

Resumo por Ambiente de Comercialização	Acumulado no Período até 30 de setembro					
	MWh (*)		R\$ Mil		R\$/MWh (Médio)	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Mercado Livre						
Consumidores Livres	6.185.686	6.383.408	729.476	680.802	117,93	106,65
Agentes Comercializadores	4.890.404	2.405.756	672.622	252.729	137,54	105,05
	<u>11.076.090</u>	<u>8.789.164</u>	<u>1.402.098</u>	<u>933.531</u>	<u>126,59</u>	<u>106,21</u>
Mercado Regulado						
Leilões de Energia + Pequenas Distribuidoras.....	10.464.566	15.793.561	1.201.703	1.615.700	114,84	102,30
Câmara de Comercialização E. Elétrica - CCEE.....	3.255.509	6.779.276	669.369	330.889	205,61	48,81
	<u>13.720.075</u>	<u>22.572.837</u>	<u>1.871.072</u>	<u>1.946.589</u>	<u>136,37</u>	<u>86,24</u>
Total.....	<u>24.796.165</u>	<u>31.362.001</u>	<u>3.273.170</u>	<u>2.880.120</u>	<u>132,00</u>	<u>91,83</u>

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Regime de Cotas				
UHE Três Irmãos.....	23.066	-	38.368	-
Total.....	<u>23.066</u>	<u>-</u>	<u>38.368</u>	<u>-</u>

(*) Informação não revisada pelos auditores independentes.

Notas Explicativas

24.3 Receita Operacional Líquida

Em atendimento às exigências do CPC 30 (Receita), segue conciliação entre a receita bruta para finalidades fiscais e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado.

	Trimestres Findos em	
	30.09.2013	30.09.2012
RECETA OPERACIONAL		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia.....	246.501	233.210
Suprimento de energia - Contratos.....	215.122	124.955
Suprimento de energia de leilões.....	401.488	529.078
Energia de curto prazo	71.844	55.431
	<u>934.955</u>	<u>942.674</u>
Suprimento de energia regime de Cotas.....	23.066	-
Outras receitas.....	1.074	742
	<u>959.095</u>	<u>943.416</u>
DEDUÇÕES À RECETA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR (*).....	778	(20.482)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(8.308)	(8.281)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(33)	(21)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(69.091)	(68.718)
PIS s/ receitas operacionais.....	(14.999)	(14.919)
	<u>(91.653)</u>	<u>(112.421)</u>
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>867.442</u>	<u>830.995</u>

(*) Em virtude da ANEEL não ter definido o valor da quota de RGR para o exercício de 2013, a Companhia estava provisionando, mensalmente, um valor estimativo com base em 3% da receita. Em 3 de setembro de 2013, a ANEEL publicou Despacho nº 3039 fixando o valor da quota RGR em valor inferior ao provisionado. Desta forma, a Companhia procedeu ao respectivo ajuste à provisão anteriormente registrada.

	Acumulado até	
	30.09.2013	30.09.2012
RECETAS OPERACIONAIS		
Receitas c/ Energia		
Fornecimento de energia	729.476	680.802
Suprimento de energia - Contratos.....	672.622	306.755
Suprimento de energia de leilões.....	1.201.703	1.561.674
Energia de curto prazo	669.369	330.889
	<u>3.273.170</u>	<u>2.880.120</u>
Suprimento de energia regime de Cotas.....	38.368	-
Outras receitas.....	2.965	2.612
	<u>3.314.503</u>	<u>2.882.732</u>
DEDUÇÕES À RECETA OPERACIONAL		
Quota para a reserva global de reversão - RGR.....	(63.185)	(61.409)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D.....	(29.783)	(25.420)
Imposto s/ serviços - ISS.....	(93)	(70)
COFINS s/ receitas operacionais.....	(220.639)	(202.951)
PIS s/ receitas operacionais.....	(47.893)	(44.058)
	<u>(361.593)</u>	<u>(333.908)</u>
RECETA OPERACIONAL LÍQUIDA	<u>2.952.910</u>	<u>2.548.824</u>

Notas Explicativas

25 CUSTOS E DESPESAS

25.1 Energia Comprada e Encargos de Uso do Sistema de Transmissão

	Trimestres findos em		Acumulado até	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Uso da Rede Elétrica (*)				
Conexão - CTEEP	47	39	142	113
Rede Básica.....	93.022	94.159	264.553	277.987
Total.....	93.069	94.198	264.695	278.100

(*) Encargos de conexão e rede básica decorrentes do uso do sistema de transmissão: valores fixados pelas Resoluções Homologatórias ANEEL nº 1398, de 17 de dezembro de 2012 e nº 1555 de 27 de junho de 2013.

25.2 Outras (Despesas) Receitas Líquidas

	Trimestres findos em		Períodos findos em	
	30.09.2013	30.09.2012	30.09.2013	30.09.2012
Depreciação de bens não vinculados.....	(330)	(329)	(986)	(1.169)
Indenizações - ações cíveis usinas CESP.....	-	5.047	-	(830)
Indenizações - empresas cindidas (a).....	-	(198)	-	(216)
Provisões p/Desvalorização FNAM/FINOR.....	-	-	-	(3.172)
Reversão (Provisões) ações cíveis / desapropriação - cindidas (a)	(12.570)	(14.680)	(45.198)	(60.526)
Provisões ações cíveis.....	(57.899)	79.206	(111.041)	71.475
Provisões ações e riscos ambientais.....	(13.812)	(47.669)	(25.415)	(61.552)
	(84.281)	16.857	(181.654)	(50.603)
Custos retardatários (proteção de encostas de reservatórios) (b)	(1.564)	(1.228)	(2.671)	(3.824)
Despesas com convênios	(595)	(2.544)	(2.195)	(6.571)
Ganho/(perda) na alienação de bens e direitos.....	1.050	(7.652)	2.185	(10.908)
Parcelamento Ordinário PIS/COFINS (Nota 16a).....	-	(30.532)	-	(30.532)
Outras (despesas) receitas líquidas.....	449	(506)	6.094	(1.787)
	(85.271)	(21.085)	(179.227)	(109.612)

- (a) Pelo protocolo de Cisão Parcial da CESP, as obrigações referentes a ações de desapropriações anteriores a 31 de março de 1999, das Usinas incorporadas pelas empresas cindidas, são de responsabilidade da Companhia (Nota 20.7)
- (b) Os custos retardatários excedentes ao valor recuperável dos ativos integrantes da Usina de Porto Primavera, a partir do exercício de 2009 deixaram de ser capitalizados e passaram a ser registrados diretamente no resultado (Nota 11.1).

Notas Explicativas**26 RESULTADO FINANCEIRO**

Resultado Financeiro do 3º Trimestre	2013	2012
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	21.274	9.260
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	1.576	1.196
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 9).....	364	768
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	14.424	-
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	89	-
Outras.....	10	33
	<u>37.737</u>	<u>11.257</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(19.897)	(25.887)
Moeda nacional.....	(30.976)	(31.623)
	<u>(50.873)</u>	<u>(57.510)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros....	(238)	(556)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (nota 15).....	-	(8.055)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	-	(11.376)
Imposto sobre operações financeiras.....	(184)	(33)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(7.649)	(5.619)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(103)	(323)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(247)	(302)
Atualização P&D - projetos.....	(1.559)	(1.197)
Desconto contrato de clientes.....	(730)	(5.298)
Outros encargos.....	(2.813)	380
	<u>(13.523)</u>	<u>(32.379)</u>
	<u>(64.396)</u>	<u>(89.889)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(24.993)	(45.608)
Moeda estrangeira.....	(25.683)	(617)
	<u>(50.676)</u>	<u>(46.225)</u>
	<u>(115.072)</u>	<u>(136.114)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(77.335)</u>	<u>(124.857)</u>

Notas Explicativas

Resultado Financeiro Acumulado até 30 de setembro	2013	2012
Receita		
Rendimentos de aplicações financeiras.....	46.659	26.447
Atualização de quotas subordinadas - FIDC (Nota 10).....	4.926	4.453
Atualização de créditos/recebíveis - DAEE (Nota 9).....	1.689	2.612
Atualização de valores a receber - energia livre (Nota 6.2).....	-	687
Atualização sobre compra de moeda estrangeira.....	45.405	-
Atualização de depósitos judiciais e tributos compensáveis.....	9.053	-
Outras.....	435	2.007
	<u>108.167</u>	<u>36.206</u>
Despesa		
Encargos de dívidas		
Moeda estrangeira.....	(67.854)	(73.589)
Moeda nacional.....	(92.341)	(94.848)
	<u>(160.195)</u>	<u>(168.437)</u>
Outras		
Encargos e atualização s/ tributos e contribuições sociais / outros....	(839)	(2.433)
Juros e atualização do contrato ELETROBRÁS (nota 15).....	(4.969)	(19.130)
Atualização de cessão de créditos recebíveis de energia.....	(4.219)	(31.638)
Imposto sobre operações financeiras.....	(280)	(454)
Imposto de renda s/remessa ao exterior.....	(18.472)	(16.835)
Atualização TAC (nota 21.1).....	(997)	(1.658)
Despesas c/ operações financeiras - FIDC.....	(1.633)	(927)
Atualização P&D - projetos.....	(3.959)	(3.845)
Desconto contrato de clientes.....	(3.474)	(17.642)
Outros encargos.....	(5.099)	(7.869)
	<u>(43.941)</u>	<u>(102.431)</u>
	<u>(204.136)</u>	<u>(270.868)</u>
Variações Monetárias e Cambiais Líquidas		
Moeda nacional.....	(94.698)	(124.414)
Moeda estrangeira.....	(126.957)	(97.536)
	<u>(221.655)</u>	<u>(221.950)</u>
	<u>(425.791)</u>	<u>(492.818)</u>
Resultado Financeiro.....	<u>(317.624)</u>	<u>(456.612)</u>

27 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL – RESULTADO

A Companhia apura mensalmente o Imposto de Renda e a Contribuição Social, com base em balancete de suspensão ou redução, em que são consideradas as adições/exclusões (temporárias ou permanentes) previstas na legislação, bem como as variações cambiais líquidas (positivas/negativas) sobre empréstimos e financiamentos, face à opção pelo regime de caixa para tributação dessas variações.

Conciliação da despesa tributária com a alíquota nominal

O quadro a seguir é uma conciliação da despesa tributária apresentada e o valor calculado pela aplicação da alíquota tributária total de 34% (25% de imposto de renda e 9% de contribuição social) sobre o lucro fiscal tributável.

Notas Explicativas

	3º Trimestre de 2013		Acumulado até 30.09.2013	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	262.308	262.308	(1.195.449)	(1.195.449)
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(65.571)	(23.608)	(298.844)	(107.590)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	1	-	-	-
Juros s/ o capital próprio.....	21.250	7.650	49.000	17.640
Adições/exclusões permanentes.....	2.360	(119)	9.737	(489)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(9.122)	(3.284)	(51.243)	(18.448)
Despesa contabilizada.....	(51.082)	(19.361)	(291.350)	(108.887)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(47.382)	(17.777)	(266.277)	(98.997)
Diferido (Nota 8).....	(3.700)	(1.584)	(25.073)	(9.890)
Total no resultado.....	(51.082)	(19.361)	(291.350)	(108.887)
Alíquota Efetiva	19,5%	7,4%	-24,4%	-9,1%

	3º Trimestre de 2012		Acumulado até 30.09.2012	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro antes do Imposto de renda (IRPJ) e da Contribuição social (CSLL).....	224.329	224.329	644.311	644.311
Alíquota vigente	25%	9%	25%	9%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente.....	(56.076)	(20.190)	(161.060)	(57.988)
Ajustes para a alíquota vigente:				
(a) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes				
Dividendos recebidos.....	-	-	14	5
Juros s/ o capital próprio.....	-	-	28.750	10.350
Outros.....	3.026	(221)	8.576	(1.107)
(b) Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças temporárias e Prejuízos Fiscais não constituídos	(954)	(343)	(20.043)	(7.215)
Despesa contabilizada.....	(54.004)	(20.754)	(143.763)	(55.955)
Despesa de imposto de renda e contribuição social composta por:				
Corrente.....	(52.754)	(19.971)	(172.729)	(65.385)
Diferido (Nota 8).....	(1.250)	(783)	28.966	9.430
Total no resultado.....	(54.004)	(20.754)	(143.763)	(55.955)
Alíquota Efetiva	24,1%	9,3%	22,3%	8,7%

Conforme descrito na Nota 17, a Companhia está limitada à projeção de lucros tributáveis futuros, para reconhecimentos adicionais de créditos sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, bem como sobre diferenças temporárias. As diferenças entre as alíquotas nominais e efetivas decorrem da limitação para novos reconhecimentos, bem como das adições/exclusões permanentes.

28 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa: a composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na Nota explicativa nº 5. As transações que não envolvem caixa são:

Descrição	30.09.2013	30.09.2012
Itens que não afetaram o caixa:		
Juros sobre o capital próprio.....	85.000	40.000
Dividendos propostos (a pagar)	271.172	-
	<u>356.172</u>	<u>40.000</u>

Notas Explicativas

29 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

O negócio da Companhia compreende principalmente a geração de energia para venda a grandes consumidores (mercado livre) e empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica (mercado cativo). Em 30.09.2013, os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros aproximavam-se dos valores contábeis, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Ativos Financeiros		
Empréstimos e recebíveis		
Consumidores e revendedores (Nota 6).....	353.293	375.477
Energia livre / CCEE (Nota 6).....	64.885	13.712
	<u>418.178</u>	<u>389.189</u>
Valor justo por meio do resultado		
Depósitos vinculados (Nota 10).....	35.425	65.750
Quotas Subordinadas - FIDC (Nota 10).....	77.345	76.266
	<u>112.770</u>	<u>142.016</u>
	<u>530.948</u>	<u>531.205</u>
Passivos Financeiros		
Avaliados ao Custo amortizado		
Empréstimos e Financiamentos (Nota 12).....	1.983.691	2.467.788
FIDC (Nota 13).....	836.838	1.002.529
Valores a pagar (Nota 14).....	-	122.775
	<u>2.820.529</u>	<u>3.593.092</u>

29.1 Índice de Endividamento (Liquidez)

	<u>30.09.2013</u>	<u>31.12.2012</u>
Índice de Endividamento		
Empréstimos + Financ. + FIDC + Valores a pagar...	2.820.529	3.593.092
Caixa e equivalente de Caixa (Nota 5).....	(1.079.278)	(513.525)
Cauções e depósitos vinculados (Nota 10).....	(35.425)	(65.750)
Dívida Líquida.....	<u>1.705.826</u>	<u>3.013.817</u>
Patrimônio Líquido.....	10.479.149	9.879.937
Índice de Endividamento Líquido	<u>16,3%</u>	<u>30,5%</u>

A tabela abaixo apresenta os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondente ao período remanescente no Balanço Patrimonial até a data contratual do vencimento. A Companhia está cumprindo todos os “covenants” requeridos pelas instituições financeiras ou outros credores.

	<u>1 ano</u>	<u>2 anos</u>	<u>5 anos</u>	<u>Mais de 5 anos</u>	<u>Total</u>
Em 30 de setembro de 2013					
Empréstimos e Financiamentos.....	201.921	1.416.167	364.408	1.195	1.983.691
FIDC.....	286.028	259.575	291.235	-	836.838
Valores a Pagar.....	-	-	-	-	-
	<u>487.949</u>	<u>1.675.742</u>	<u>655.643</u>	<u>1.195</u>	<u>2.820.529</u>
Em 31 de dezembro de 2012					
Empréstimos e Financiamentos.....	703.789	154.182	1.399.158	210.659	2.467.788
FIDC.....	287.581	263.172	451.776	-	1.002.529
Valores a Pagar.....	46.391	41.664	34.720	-	122.775
	<u>1.037.761</u>	<u>459.018</u>	<u>1.885.654</u>	<u>210.659</u>	<u>3.593.092</u>

Notas Explicativas

29.2 Risco de Taxa de Câmbio

O endividamento e o resultado das operações da Companhia são afetados significativamente pelo fator de risco de mercado de taxa de câmbio (dólar norte-americano). Em 30 de setembro de 2013, o saldo total da conta de empréstimos e financiamentos, incluindo encargos incorridos até a data, montava a R\$ 797.080 (R\$ 1.269.614, em 31.12.2012) referentes a captações em moeda estrangeira, exclusivamente dólar norte-americano.

Em milhares de Reais		
Passivos	Saldo Contábil	
	30.09.2013	31.12.2012
Empréstimos e Financiamentos		
Dólar Americano - US\$ (Nota 12)	797.080	1.269.614
Total	797.080	1.269.614

Análise de sensibilidade do Risco de Taxa de Câmbio

A CESP considera que o risco de estar passiva em moeda estrangeira é a elevação da cotação do dólar-norte americano (PTAX) na data do vencimento de cada parcela dos contratos de empréstimos e financiamentos captados em moeda estrangeira, que impactam as despesas financeiras do exercício.

Em atendimento ao disposto na instrução CVM nº 475/08, e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, para determinação dos efeitos da variação desfavorável nas taxas de câmbio, a Companhia adotou os cenários de variações negativas mínimas definidas pela referida instrução e equivalentes a 25% e 50% sobre as respectivas taxas de câmbio utilizadas na determinação dos cenários provável, possível e remoto.

Moedas	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
Dólar Americano: US\$/R\$	2,31	2,89	3,47

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais na saída de caixa no curto prazo (outubro/2013 a setembro/2014), com base no serviço da dívida a pagar, incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, deduzindo o montante contabilizado no curto prazo da atual demonstração contábil, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais				
Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos em US\$	Apreciação do US\$	7.619	61.008	114.397

A Companhia teria em decorrência da variação cambial projetada, um acréscimo na saída de caixa no período de outubro/2013 a setembro/2014 de R\$ 7.619 no cenário provável, de R\$ 61.008 no cenário possível e de R\$ 114.397 no cenário remoto.

Com base na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2013, a Companhia, adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2014 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Passivos	Saldo em 30.09.2013	Projeção para 30.09.2014		
		Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Empréstimos e Financiamentos				
Dólar Americano - US\$	797.080	826.568	1.033.210	1.239.853

29.3 Risco de Taxa de Juros / Inflação

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra esse risco, porém monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição da modalidade de suas dívidas. Em 30 de setembro de 2013, a Companhia possuía R\$ 2.724.645, captados a taxas variáveis de juros e/ou indexados à taxas de inflação, e R\$ 95.884 captados a taxas fixas:

Notas Explicativas

Passivos	Saldo Contábil	
	30.09.2013	31.12.2012
Vinculados às taxas:		
Moeda Nacional	2.023.449	2.323.478
CDI	836.838	1.002.529
IGP-M	5.639	135.968
IPC-A	1.089.581	1.066.773
TJLP	59.528	82.432
TAXA FIXA	31.863	35.776
Moeda Estrangeira	797.080	1.269.614
UMBNDDES	731.518	718.157
LIBOR	1.541	1.256
TAXA FIXA	64.021	550.201
Total	2.820.529	3.593.092

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e inflação

A CESP considera que o risco de estar passiva em contratos que, além de taxa fixa e "spread", tenham custos com indexadores variáveis (atualizados com taxas de juros pós-fixadas ou taxas de inflação), é a elevação destes índices e consequente aumento das despesas financeiras relativa ao passivo, captado em moeda nacional e estrangeira.

A Companhia agrupou o passivo por indexador contratado e elaborou análise de sensibilidade, em consonância com a Instrução CVM nº 475/08 e conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7, utilizando neste passivo o cenário divulgado no relatório Focus (Bacen) de 11/10/2013. No passivo em moeda estrangeira foi considerada a conversão para reais com a mesma paridade de fechamento do presente demonstrativo, para refletir apenas as alterações de cenários de taxas de juros.

Taxa % a.a.

CDI	Previsão	Apreciação da Taxa em	
		25%	50%
CDI	9,4	11,75	14,1
IGP-M	5,9	7,38	8,85
IPC-A	5,92	7,39	8,87
TJLP	5	6,25	7,5
UMBNDDES	3,64	4,55	5,46
LIBOR	0,5	0,63	0,75

O resultado desta análise reflete o somatório nominal do acréscimo em reais da saída de caixa, com base no total do serviço da dívida a pagar no curto prazo (outubro/2013 a setembro/2014), incluindo a apropriação de juros até a data de cada vencimento, e deduzindo o montante contabilizado na data da atual apuração destas demonstrações contábeis, conforme a tabela abaixo:

Em milhares de Reais

Passivos Financeiros	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Vinculados às taxas:				
Moeda Nacional	Varição do CDI	(136)	3.025	6.163
	Varição do IGP-M	(35)	(12)	11
	Varição do IPC-A	(226)	651	1.534
	Varição da TJLP	-	85	169
Moeda Estrangeira	Varição da UMBNDDES	-	6.921	13.994
	Varição da LIBOR	-	3	7
Total		(397)	10.673	21.878

A Companhia, em decorrência da variação dos índices projetados, teria um acréscimo na saída de caixa de R\$ 397 no cenário provável, e um acréscimo nos cenários possível e remoto, de R\$ 10.673 e R\$ 21.878 comparativamente ao fluxo contabilizado no curto prazo.

Notas Explicativas

Com base na posição patrimonial e no valor nocional dos instrumentos financeiros em aberto em 30/09/2013, a Companhia adotando cenários de variações, estimou que os efeitos em 30/09/2014 seriam próximos aos indicados nas colunas cenários projetados no quadro a seguir:

Impacto Sobre Saldo Devedor			Projeção para 30.09.2014		
Passivos Financeiros	Risco	Saldo em 30.09.2013	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Moeda Nacional					
CDI	Variação do CDI	836.838	612.330	626.716	641.102
IGP-M	Variação do IGP-M	5.639	-	-	0
IPC-A	Variação do IPC-A	1.089.581	1.155.809	1.172.900	1.189.992
TJLP	Variação da TJLP	59.528	39.355	39.847	40.339
TAXA FIXA	Sem Risco	31.863	26.660	26.660	26.660
Moeda Estrangeira					
UMBNDDES	Variação da UMBNDDES	731.518	644.401	650.266	656.130
LIBOR	Variação da LIBOR	1.541	2.030	2.033	2.035
TAXA FIXA	Sem Risco	64.021	27.262	27.262	27.262
Total		2.820.529	2.507.847	2.545.684	2.583.520

29.4 Risco de Crédito

O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Este risco é avaliado pela Companhia como baixo, tendo em vista: (1) para recebíveis decorrentes da receita de suprimento – o concentrado número de seus clientes, a existência de garantias contratuais, o fato de serem concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia sob fiscalização federal, inclusive sujeitas à intervenção da concessão, e por não haver histórico de perdas significativas na realização de seus recebíveis; (2) para recebíveis decorrentes da receita de fornecimento – o concentrado número e o porte empresarial de seus clientes, a análise prévia de crédito e a existência de garantias contratuais de no mínimo dois meses de faturamento.

29.5 Instrumentos Financeiros Derivativos

Em atendimento à Deliberação CVM nº. 550/2008, de 17 de outubro de 2008, a Companhia informa o que segue:

(a) Política financeira adotada pela Companhia

A Companhia não adota a política de utilizar de instrumentos financeiros derivativos. A Companhia tem uma dívida aproximada de R\$ 2,8 bilhões em 30 de setembro de 2013, grande parte reestruturada com instituições financeiras nacionais e internacionais nos últimos anos. Nesse processo de reestruturação, a principal estratégia utilizada pela Companhia para o monitoramento de riscos futuros foi a de substituir grande parte da dívida em moeda estrangeira para dívida em moeda nacional, com o objetivo de reduzir sua exposição cambial ocorrida no passado.

(b) Controles internos e operacionais sobre contratação de operações financeiras

Com o objetivo de gerenciar os riscos associados a cada estratégia e a cada negociação com instituições financeiras, as operações financeiras de qualquer natureza são aprovadas pela Diretoria, podendo ser levadas ao Conselho de Administração, nas condições estabelecidas no estatuto social da Companhia.

(c) Operações de derivativos

A Companhia não contratou nenhuma operação de derivativos até 30 de setembro de 2013.

29.6 Valorização dos Instrumentos Financeiros

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 30 de setembro de 2013 são descritos a seguir, bem como os critérios para sua valorização/avaliação:

(a) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras. O valor de mercado desses ativos não difere dos valores demonstrados no balanço patrimonial da Companhia.

Notas Explicativas

(b) Valores a Receber

Energia Livre e Energia de Curto Prazo: esses créditos decorrem basicamente de energia livre durante o período de racionamento e transações realizadas no âmbito da atual Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e foram registrados e valorizados com base nas informações disponibilizadas, baseados nos preços vigentes durante o ano na CCEE. Não houve transações relacionadas com estes créditos ou débitos que pudessem afetar sua classificação e valorização na data destas demonstrações.

(c) Investimentos

Estão registrados ao custo de aquisição, sendo constituída provisão para sua redução a valor de mercado, quando requerido ou aplicável. O valor de mercado dos demais investimentos se aproxima de seus valores contábeis.

(d) Empréstimos, Financiamentos e FIDC

A Companhia possui ativos e passivos mensurados ao valor justo através do resultado, além disso, possui outros passivos financeiros não mensurados ao valor amortizável, os quais podem ser comparados aos valores de captação de mercado.

Nas operações específicas do setor elétrico, financeiras subsidiadas e de renegociação, sem similar no mercado e com pouca liquidez, a Companhia assumiu que o valor de mercado é representado pelo respectivo valor contábil, em função das incertezas existentes presentes nas variáveis que deveriam ser consideradas na criação de um modelo de precificação.

A estimativa do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi elaborada através de modelo de precificação, aplicado individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base informações obtidas com diversas instituições financeiras. O valor de mercado de um título, portanto, corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais, como segue:

Passivos	30.09.2013		31.12.2012	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Moeda Estrangeira				
Medium Term Notes	-	-	(463.814)	(482.657)
Moeda Nacional				
Medium Term Notes	(1.089.581)	(1.074.459)	(1.066.773)	(1.087.555)
FIDC	(836.838)	(838.409)	(1.002.529)	(1.006.905)
Total	(1.926.419)	(1.912.868)	(2.533.116)	(2.577.117)

30 SEGUROS

A Companhia possui contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, considerando a natureza e o grau de risco para cobrir eventuais perdas sobre seus ativos e/ou responsabilidade, conforme demonstrado a seguir:

Tipo	Seguradora	Cobertura	Em milhares de Reais	
			Vencto.	Valor Segurado
D&O - Seguro de Administradores	Zurich Minas Brasil Seguros S/A	Responsabilidade civil - D&O	04/2014	2.000
Vida	Bradesco Vida e Previdência	Indenização p/ morte ou invalidez permanente de empregados	10/2013	2.100
Riscos Patrimoniais	ACE Seguradora S/A	Máquinas e Equipamentos do Sistema de Geração das Usinas	09/2014	1.361.440

Notas Explicativas

31 ATIVO DISPONÍVEL PARA REVERSÃO

31.1 UHE Três Irmãos

O Ministério de Minas e Energia – MME, na condição de Poder Concedente e a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL publicaram os seguintes documentos relativos à UHE Três Irmãos:

- Portaria MME nº 32, de 5 de março de 2013 – define os montantes de garantia física de energia da usina em 217,5 MW (megawatts) médios.
- Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013 – Aprova os termos e as condições para a prestação do serviço de geração de energia elétrica por meio de usina hidrelétrica, cuja concessão não tenha sido prorrogada nos termos da Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, e do Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, com vistas a garantir a continuidade do serviço.
- Portaria MME nº 125, de 17 de abril de 2013 – Designa a CESP como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica da usina. Define que a Prestação do Serviço dar-se-á até a assunção do concessionário vencedor da licitação. Estabelece o Custo da Gestão dos Ativos de Geração – GAG, o qual será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração – RAG inicial, bem como aplica à Prestação do Serviço a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos, para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.518 de 30 de abril de 2013 – Define a Receita Anual de Geração – RAG da usina para o período de 18 de abril à 30 de junho de 2013.
- Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013 – Define a alocação de cotas de garantia física da usina, que deverão ser contratadas pelas concessionárias de distribuição de energia elétrica a partir de 18 de abril de 2013.
- Portaria MME nº 214, de 14 de junho de 2013, alterada pela Portaria MME nº 333, de 27 de setembro de 2013 – determina que a ANEEL deverá promover em janeiro de 2014, direta ou indiretamente, Leilão para Licitação de Concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos e consequente alocação em cotas de sua Garantia Física de Energia e de Potência.

Decorrente dos dispositivos acima e, em especial, da Resolução Homologatória ANEEL nº 1.521 de 30 de abril de 2013, em 17 de abril de 2013 ocorreu o término da exploração econômica da UHE Três Irmãos pela venda de sua garantia física de energia pelo regime de preço. A Companhia depreciou a usina até abril de 2013 e a reclassificou pelo valor residual contábil do ativo imobilizado para a rubrica “Ativo Disponível para Reversão”, que será utilizado para confrontar com o valor da indenização por parte do Poder Concedente.

Ativo disponível para reversão	30.09.2013
Terrenos.....	701.923
Reservatórios, Barragens e Aduadoras.....	2.142.873
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias.....	374.621
Máquinas e Equipamentos.....	309.548
Móveis e Utensílios.....	115
Total.....	<u>3.529.080</u>

Dadas as incertezas relacionadas ao prazo de recebimento da indenização, a Administração da Companhia classificou o montante a ser indenizado no Ativo não circulante.

31.2 Segregação dos resultados da usina

O planejamento e o projeto da usina Três Irmãos, em sua concepção inicial, consideram uma operação conjunta com a usina Ilha Solteira de forma a otimizar os benefícios energéticos utilizando a hidrologia dos rios Tietê e Paraná.

Todos os estudos de Programação Mensal da Operação – PMO e Planejamento Energético Anual – PEN efetivados no Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS consideravam, e, ainda consideram, em seus modelos de simulação as duas usinas como um aproveitamento único (equivalente).

Esse benefício é percebido pelas características únicas da sua operação, onde uma solução física, canal Pereira Barreto, permite a simulação como usina equivalente capitalizando aflúncias dos dois rios.

Dessa maneira, a garantia física de energia era atribuída ao Complexo Ilha Solteira / Três Irmãos. Na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, a energia era alocada em sua quase totalidade (99,9%) à Usina de Ilha Solteira.

Notas Explicativas

Torna-se impraticável a segregação das receitas, despesas e o fluxo de caixa da usina Três Irmãos das demais usinas da Companhia para cada trimestre de 2012 e de 2013, pois:

- Os contratos de comercialização de energia no ambiente regulado e livre não foram lastreados por usina, mas sim pelo total do Parque Gerador da empresa.
- A Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE não disponibiliza os dados para contabilização das sobras e déficits de energia (Energia Secundária, *Generation Scaling Factor – GSF*, Mecanismo de Realocação de Energia – MRE) por usina.
- A programação de despacho de geração de energia elétrica determinada pelo ONS considera o complexo UHE Ilha Solteira / UHE Três Irmãos.
- Somente em 05 de março de 2013, através da Portaria MME nº 32, o Poder Concedente, definiu a garantia física para a usina, no processo de transição para o Regime de Cotas. Até esta data havia uma única garantia física atribuída ao complexo UHE Ilha Solteira / UHE Três Irmãos.

32 EVENTO SUBSEQUENTE

Em complemento ao informado na nota explicativa 10 (a), até o arquivamento das informações trimestrais a Companhia desembolsou R\$ 227,3 milhões, no processo de aquisição de parte das Notas de Médio Prazo – Bônus Série 8 (Nota 12.3 (5)) no mercado secundário. Esta aquisição permanecerá em carteira até o efetivo cancelamento dos respectivos títulos junto ao custodiante global, demais agentes no exterior e Banco Central do Brasil – BACEN.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Em atendimento ao disposto nas práticas de Governança Corporativa, apresentamos a composição acionária da Companhia, bem como dos acionistas detentores de mais de 5% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível de pessoa física.

1. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA DA CESP

Os principais acionistas da Companhia em 30 de setembro de 2013 são os seguintes:

	Quantidades de Ações - Em Unidades (a)							
	Ordinárias		Preferenciais		Preferenciais		Total	
	Ordinárias	%	Classe A	%	Classe B	%	Total	%
Governo do Estado de São Paulo e Companhias Ligadas:								
Fazenda do Estado de São Paulo.....	102.706.383	94,08	-	-	15.135.166	7,19	117.841.549	35,98
Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ.....	1.323.626	1,21	-	-	-	-	1.323.626	0,40
Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo - SABESP.....	6.690	0,01	-	-	-	-	6.690	-
Companhia Paulista de Parcerias - CPP.....	-	-	-	-	13.793.103	6,55	13.793.103	4,21
Outros.....	2.175	-	-	-	5.500	0,00	7.675	0,01
	<u>104.038.874</u>	<u>95,30</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.933.769</u>	<u>13,74</u>	<u>132.972.643</u>	<u>40,60</u>
Outros								
Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRÁS (capital aberto) (a).....	37.633	0,03	6.664.526	86,52	-	-	6.702.159	2,05
HSBC Bank PLC London (*).....	-	-	-	-	31.311.840	14,87	31.311.840	9,56
USB AG LONDON BRANCH.....	-	-	-	-	25.841.277	12,27	25.841.277	7,89
CREDIT SUISSE SECURITIES (EUROPE).....	-	-	-	-	12.475.517	5,91	12.475.517	3,81
BLACKROCK, INC.....	-	-	-	-	10.589.915	5,03	10.589.915	3,23
The Bank of New York - ADR Department	31.431	0,03	173.947	2,26	-	-	205.378	0,06
Pessoas Físicas.....	2.724.183	2,50	751.545	9,76	3.699.144	1,76	7.174.872	2,19
Outras Pessoas Jurídicas.....	2.328.719	2,13	82.957	1,08	97.780.927	46,42	100.192.603	30,60
Outros.....	6.718	0,01	29.751	0,38	-	-	36.469	0,01
	<u>5.128.684</u>	<u>4,70</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>181.698.620</u>	<u>86,26</u>	<u>194.530.030</u>	<u>59,40</u>
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Capital social integralizado por ações em R\$ Mil.....	<u>1.991.811</u>		<u>140.540</u>		<u>3.843.082</u>		<u>5.975.433</u>	

a) Inclui acionistas que individualmente são detentores de quantidade de ações em percentual inferior a 5% do capital votante.

(*) O acionista não disponibilizou a informação sobre a composição do capital social.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.1. Posição Acionária dos Detentores de mais de 5% das Ações de cada Espécie e Classe, até o Nível de Pessoa Física****Companhia Paulista de Parcerias - CPP**

Posição em 30.09.2013

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Secretaria de Estado dos Negócios da Fazenda.....	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00
	-	-	13.793.103	-	13.793.103	100,00

Centrais Elétricas Brasileiras S.A.

Posição em 30.09.2013

Acionistas	Quantidades de Ações - Em Unidades						
	Ordinárias	%	Preferenciais		%	Total	%
			Classe A	Classe B			
União.....	591.968.382	54,46	-	2.252	0,00	591.970.634	43,76
BNDESPAR.....	141.757.951	13,04	-	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES.....	74.545.264	6,86	-	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND.....	45.621.589	4,20	-	-	-	45.621.589	3,37
FGHAB.....	1.000.000	0,09	-	-	-	1.000.000	0,07
Outros.....	232.157.111	21,35	146.920	228.480.858	86,08	460.784.889	34,08
	1.087.050.297	100,00	146.920	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1.2. Posição dos Controladores, Administradores e Ações em Circulação em 30 de setembro de 2013 e 2012**

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2013							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,74	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Diretoria.....	88	0,00	-	-	5.500	0,00	5.588	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.684	4,70	7.702.726	100,00	181.698.620	86,26	194.530.030	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.684	4,70	7.702.726	100,00	181.698.620	86,26	194.530.030	59,40

	Quantidades de Ações Em Unidades - 30.09.2012							
	Ordinárias		Preferenciais Classe A		Preferenciais Classe B		Total	
		%		%		%		%
Controlador e Grupo de Controle.....	104.038.786	95,30	-	-	28.928.269	13,73	132.967.055	40,60
Administradores:								
Conselho de Administração.....	3	0,00	1	0,00	102	0,00	106	0,00
Diretoria.....	60	0,00	-	-	5.100	0,00	5.160	0,00
Conselho Fiscal.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria.....	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros Acionistas.....	5.128.709	4,70	7.702.725	100,00	181.698.918	86,27	194.530.352	59,40
	<u>109.167.558</u>	<u>100,00</u>	<u>7.702.726</u>	<u>100,00</u>	<u>210.632.389</u>	<u>100,00</u>	<u>327.502.673</u>	<u>100,00</u>
Ações em Circulação.....	5.128.709	4,70	7.702.725	100,00	181.698.918	86,27	194.530.352	59,40

Informações não revisadas pelos auditores independentes

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

